

10

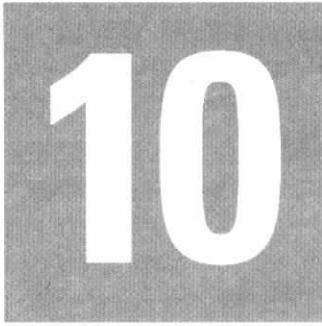
série encontros
e estudos



CÍRIO

264-045:398
Nazaré
(811.5)
C578
ex. 3

264-045
:398
NAEARE
(833.5)
C548
vol. 3



série encontros e estudos

Círio

Ministério da Cultura
Gilberto Gil Moreira

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Presidente
Antônio Augusto Arantes Neto

Departamento do Patrimônio Imaterial e Documentação de Bens Culturais
Diretora
Marcia Sant'Anna

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
Diretora
Claudia Marcia Ferreira

Divisão Técnica
Lucia Yunes

Setor de Pesquisa
Ricardo Lima

Setor de Difusão Cultural
Lucila Silva Telles

Revisão
Maria Helena Torres
Mehane Albuquerque Ribeiro

Projeto gráfico
Maria Rita Horta e
Larissa Pschetz

Capa
Detalhe de cartaz do Círio 2005 – arte de *Mendes Publicidade e*
foto de *Walda Marques*

Foto da corda
Francisco Moreira da Costa

Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular

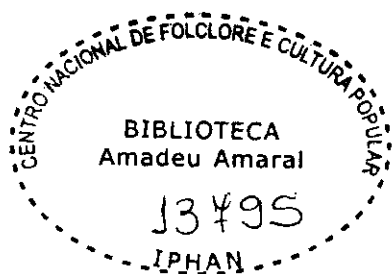
4ª Fase (2004/2005)

Coordenação
Letícia Vianna

Organização da edição
Luciana Carvalho

Apoio técnico:
Faperj e Museu da República
– *Cultura Republicana e Brasilidade*

Patrocínio:
Petrobras/Lei de Incentivo à Cultura



C578 Círio / organização de Luciana Carvalho. – Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005.
56 p. – (Encontros e estudos; 10)

ISBN 85-7334-022-3

1. Festas religiosas – Pará. 2. Círio de Nazaré – Pará.
I. Carvalho, Luciana, org. II. Série.

CDU 291.36(811.5)

Sumário

Apresentação	5
O Círio e os círios: aspectos múltiplos do Círio de Nazaré <i>Raymundo Heraldo Maués</i>	7
Sincretismo e religiosidade popular no registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural brasileiro <i>Maria Dorotéa de Lima</i>	19
Museu do Círio: um espaço de memória <i>Marisa Mocarzel</i>	37
A festa sagrada – vivendo as alegrias do Círio de Nazaré <i>Isidoro Alves</i>	41
Transcrição da palestra <i>Irsef Ivan Araújo</i>	47
Transcrição da palestra <i>Elói Iglesias</i>	53

Apresentação

Com mais de 200 anos de existência, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré foi objeto de uma série de ações desenvolvidas pela 2ª Superintendência Regional do Iphan, de 2002 a 2004, as quais vieram a culminar, no último ano, no reconhecimento oficial dessa celebração paraense como patrimônio imaterial brasileiro. Entre tais ações destacam-se: a implantação de um inventário, com base na metodologia sistematizada no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC; a documentação sonora e visual de diversas etapas e processos da manifestação; a produção de um vídeo e, por fim, a elaboração de um dossiê sintetizando os resultados da pesquisa e defendendo o referido registro, que, por sua vez, veio atender a anseios e interesses distintos de amplos segmentos da sociedade do Pará.

No contexto do projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular procurou criar, com patrocínio da Petrobras, por meio de uma exposição e de publicações como esta, a ocasião para trazer ao público alguns resultados dos trabalhos produzidos pelo Iphan, bem como para refletir sobre questionamentos que esses trabalhos suscitam. Assim, este número da série Encontros e Estudos reúne reflexões e debates realizados entre representantes de dois grandes grupos responsáveis pela organização dos festejos que integram a grande celebração do Círio de Nazaré.

Partindo de considerações gerais sobre as relações entre festa, fé e religiosidade, o antropólogo Heraldo Maués situa e contextualiza o Círio no cenário das celebrações de fundo religioso na cultura paraense.

O texto da superintendente do Iphan, Maria Dorotéia de Lima, relata e analisa os processos de constituição dessa celebração como patrimônio cultural do Brasil, procurando apontar as principais questões colocadas pelos trabalhos de inventário e registro realizados por aquela instituição.

Ainda tratando dos aspectos patrimoniais e dos processos associados à construção da memória social da festa, Marisa Mokarzel apresenta os objetivos e procedimentos de pesquisa e de constituição de acervos do Museu do Círio, que faz parte do Sistema Integrado de Museus do Estado do Pará.

Por fim, em um debate coordenado pelo antropólogo Isidoro Alves, que analisa as relações e mediações entre os aspectos sagrados e profanos do Círio, Irsef Ivan Araújo e Elói Iglesias exibem diferentes pontos de vista sobre a festa. O primeiro é membro da Diretoria da Festa de Nazaré – ligada à Igreja e responsável pela organização de todas as etapas da celebração religiosa. O segundo é fundador e organizador da Festa das Filhas da Chiquita, que desde a década de 1970 reúne grupos homossexuais numa comemoração irreverente já associada à programação nazarena.

Luciana Carvalho

Coordenadora do seminário

O Círio e os círios: aspectos múltiplos do Círio de Nazaré

Raymundo Heraldou Maués

Antropólogo, professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma Universidade, que atualmente coordena. Pesquisador 1 B do CNPq. Foi consultor do Inventário do Círio de Nazaré e co-autor do Dossiê Círio de Nazaré.

Uma das dificuldades maiores que encontramos, ao iniciar o trabalho do inventário do Círio de Nazaré, em Belém, seguindo o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC, foi a delimitação do sítio a ser inventariado. Segundo esse Manual, “os sítios a serem inventariados podem ser reconhecidos em diferentes escalas”. Podem incluir vilas inteiras, bairros, zonas ou manchas, “não correspondendo necessariamente a bairros ou distritos”; e podem, também, “corresponder a amplas regiões geográficas culturalmente diferenciadas e tradicionalmente reconhecíveis (ex.: o Cariri, no Ceará, o Recôncavo Baiano) ou mesmo a uma área delimitada para efeitos da implantação de uma determinada política (como é o caso do MADE [Museu Aberto do Descobrimento, na Bahia], ou de um sítio tombado)” (cf. Iphan, 2000:14).

Ocorre que, no caso do Círio de Nazaré, embora esteja localizado em Belém, onde acontece sua manifestação principal, ele não se limita a essa cidade. Suas origens estão em uma cidade a cerca de 90km de Belém, Vigia, onde teve início a devoção que lhe deu origem, desde a segunda metade do século 17, e cujos moradores celebram um círio que é por eles considerado o mais antigo da Amazônia e do Brasil. Em todas ou quase todas as cidades paraenses e em dezenas ou centenas de povoações ou vilas do interior (não há um levantamento preciso) realizam-se círios, em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré e a outros santos ou santas. E existem círios de Nazaré que se realizam em muitas outras cidades brasileiras, da Amazônia ou fora dela, promovidos e/ou levados por paraenses, como Macapá, Brasília e Rio de Janeiro, para citar só três exemplos.

No Rio de Janeiro, chega a haver dois círios: o da Tijuca e o de Copacabana, que competem entre si. Como observa a arquiteta Maria Dorotéa de Lima, que coordenou o inventário realizado pela 2ª Superintendência Regional do Iphan, em Belém, em relatório de abril de 2003, quando o trabalho ainda estava em andamento:

Assim, considerando que seria inviável trabalhar com essa dimensão espacial, ficou decidido que seria inventariada a celebração do Círio de Nazaré na cidade de Belém, cujo ápice é a procissão do segundo domingo de outubro. Portanto, ante as inúmeras romarias que acontecem em toda a cidade, bem como os principais eventos ligados à festividade, o sítio delimitado foi a área continental de Belém. Entretanto, uma vez que uma das procissões [a chamada

romaria rodoviária], que precede a principal delas, acontece de Belém para o município de Ananindeua, esta cidade foi incluída como localidade [no seu entorno] (cf. Lima, 2003).¹

O Círio de Nazaré possui aspectos múltiplos, tendo caráter polissêmico e, ao mesmo tempo, constituindo-se no que se pode chamar de fato social total, ou de abrangência geral, para as pessoas que o vivenciam, incluindo não apenas elementos de caráter religioso, mas também estético, político, econômico, lúdico e de várias outras naturezas (cf. Mauss, 1974). Neste trabalho, chamando atenção para esses aspectos múltiplos, limito-me, porém, a apenas alguns desses aspectos, desenvolvidos a seguir.²

O Círio como procissão ou romaria e como festividade religiosa

O que os paraenses chamam de círio, termo que faz referência aos círios ou velas que são conduzidos no cortejo, significa uma procissão especial, que tem suas origens em Portugal, na antiga devoção a Nossa Senhora de Nazaré, que nesse país teve começo, segundo a tradição, no século 12, remetendo à formação da própria nacionalidade portuguesa. O milagre fundador dessa devoção está ligado a um dos auxiliares diretos do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, o fidalgo D. Fuas Roupinho, que teria sido salvo de cair num abismo quando perseguia a cavalo um veado, nas proximidades da antiga povoação de pescadores de Nazaré, pela intercessão da própria Virgem, cuja imagem tinha sido encontrada naquele local por alguns pastores.³ Os círios em homenagem a essa santa se faziam em Portugal, já no século 18, mas são pequenas procissões que antes apresentam caráter de espetáculo, organizadas por corporações religiosas que, em setembro, durante a festa anual da santa, acorrem à vila de Nazaré. Na ocasião do desfile dos círios, o povo se ajunta para apreciar sua passagem, os sinos repicam, e estouram foguetes (cf. Boga 1948:51-52).

Deixando de lado, por um momento, a grandiosidade do Círio de Nazaré, em Belém, uma das maiores procissões religiosas do mundo – e a maior do Brasil –, devo acentuar, também, que os círios no Brasil, a começar pelos do Pará e da Amazônia, constituem procissões de caráter especial, que primam, em primeiro lugar, pelo aspecto duplo, sendo formados, de fato, por duas procissões: na véspera, a chamada trasladação, em que a imagem da santa é conduzida, no início da noite, à luz de velas (círios), do santuário onde fica habitualmente até uma igreja mais distante, fazendo, no dia seguinte pela manhã, o percurso inverso, no círio propriamente dito, em que é conduzida, à luz do sol, de volta para seu santuário (os círios ou velas que podem ser conduzidos na procissão, como ex-votos, permanecem apagados).

Esse trajeto duplo reconta, a cada ano, a lenda do achado da imagem. Essa lenda, que os paraenses sabem de cor, nos diz que, no último ano do século 17, às margens do igarapé Murutucu, um caboclo humilde chamado Plácido encontrou, no caminho que ligava Belém a Vigia, a imagem milagrosa de Nossa Senhora de Nazaré. Levando-a para sua casa, no dia seguinte surpreendeu-se com o fato de a santa ter voltado, por seus próprios meios, ao local do achado. A história espalhou-se pela cidade, e o governador da época, que morava em Belém, mas cujo nome não é referido no relato, teria levado a imagem para a capela do palácio do governo, deixando-a toda a noite sob a guarda de soldados. Surpreendentemente, no dia

seguinte, sem que ninguém tivesse percebido o que acontecera, a imagem da santa foi novamente encontrada à margem do igarapé Murutucu, com o manto salpicado de terra e de mato do longo caminho percorrido. Compreendeu-se, então, que ela desejava ficar ali e, por isso, Plácido ergueu, naquele local, uma ermida para abrigá-la, no mesmo lugar em que hoje se encontra a imponente Basílica de Nazaré. Por isso, quando se fez o primeiro círio de Belém, em 1793, quase um século depois de ter sido encontrada por Plácido, a imagem foi trasladada, na véspera, para a capela do palácio do governo, por ordem do então governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Francisco de Souza Coutinho, para no dia seguinte seguir em solene procissão, pelas ruas de Belém, até seu santuário, no local do achado.⁴

Outra característica notável dos círios é que eles precedem a festa da padroeira (ou do padroeiro, se for o caso). Usualmente, nas festas de santos católicos, começa-se pela festividade, que pode durar uma ou duas semanas, até o chamado dia do santo ou da santa, quando se faz a procissão da festa, com que se encerra o período de celebrações. No caso dos círios, a procissão principal é o círio, que se faz antes da festa, a qual se encerra, também, com procissão, mas de menor importância. Por isso, no caso do círio de Belém, embora se possa fazer a distinção entre círio e festividade, a expressão Círio de Nazaré pode ser usada não só para designar o ritual que inaugura a festa, mas também para referir-se a todo o conjunto de celebrações que, embora começando bem antes, possui sua maior concentração nas duas semanas a partir do segundo domingo de outubro de cada ano.⁵

O ciclo de festas religiosas e de círios no interior paraense

Existe, por outro lado, no interior do estado do Pará, todo um ciclo de festas religiosas e de círios que precede e sucede a festividade maior, que é o Círio de Nazaré, em Belém. Uma parte desse ciclo foi por mim estudada numa área do litoral paraense, correspondente à chamada região do Salgado, que inclui numerosos municípios, cuja economia se fundamenta na pesca, na agricultura e no turismo (em razão, sobretudo, das praias oceânicas). Não possuindo dados mais detalhados referentes a todo o Estado do Pará, incluo aqui, sobretudo, o que acontece na região do Salgado, como exemplo da movimentação festiva em homenagem aos santos do catolicismo popular, bem típica da Amazônia.

Preocupações meteorológicas estão sempre presentes na festa de santo, numa região em que as chuvas são abundantes em todas as épocas do ano, com exceção de pequenos intervalos (“veranicos”) e de um período de alguns meses – julho, agosto, setembro e outubro – em que podem ocorrer intervalos maiores de estiagem. De qualquer forma, costuma-se dividir o ano em duas estações: o “inverno”, com maior incidência de chuvas (de dezembro a maio), e o “verão”, com menor incidência (de junho a novembro). Não obstante, alerta para o fato de que, na organização desse ciclo de festas religiosas existe, também, embora de modo não tão fiel, expressiva correspondência com o calendário litúrgico oficial da Igreja Católica.

O estudo do ciclo de festividades de santos, na cidade de Vigia (onde, como foi dito, teve origem a devoção nazarena no Pará) e nas principais vilas e povoações do município, no total de 24 concentrações populacionais, veio demonstrar que esse ciclo tem início, efetivamente, em maio, prolongando-se até o mês de janeiro do ano

seguinte, não ocorrendo festas de santos populares nos meses de fevereiro, março e abril (ver Quadro I, a seguir). Ora, esses meses, juntamente com janeiro, são aqueles em que a incidência de chuvas é maior durante o ano. Percebe-se então, claramente, que o ciclo de festas religiosas do município se encontra em correspondência com as estações do ano, começando em maio (último mês do “inverno”) e terminando em dezembro e janeiro (os dois primeiros meses da mesma estação).

O ciclo de festas religiosas do município tem início, portanto, no momento em que a incidência de chuvas começa a se fazer menor, com as comemorações (em data fixa: maio) de santos não padroeiros, nas povoações de Macapá da Barreta (Santa Maria) e Itaporanga (Nossa Senhora do Bom Remédio) e as celebrações (em data móvel, maio ou junho, de acordo com o calendário litúrgico) dos “santos” padroeiros das povoações de Juçarateua do Pereira (Divino Espírito Santo) e Meraponga (Santíssima Trindade). São quatro pequenas festas, das quais apenas uma, a do Espírito Santo, tem maiores repercussões no conjunto do município, atraindo visitantes a Juçarateua para assistir e participar dos dois eventos principais da festividade: o levantamento e a derrubada do mastro do “santo”. Mas é no mês de junho, como foi dito, que o “clima” da festa se instala, efetivamente, no município: são no total 12 festas de santos (com quatro padroeiros de sete diferentes povoações; dois não padroeiros, celebrados com festas menores, em outras três povoações; e o santo padroeiro dos pescadores – São Pedro –, para quem se faz uma festa importante, em Vigia, e outra, menor, em Itapuá), além de todo o conjunto de celebrações associadas aos santos tradicionais das chamadas festas juninas (carimbó, danças, bois e pássaros, fogueiras, fogos de artifícios, etc.). Pode-se dizer que o ciclo culmina em setembro, quando encontramos uma única festa, isolada nesse mês por sua importância maior, a festa de Nossa Senhora de Nazaré, realizada na cidade de Vigia, mas que pertence, efetivamente, a todo o município, por ser a padroeira de “todos” os vigienses.

Só vamos encontrar outra grande concentração de festas de santos no município, quando o ciclo já está para ser encerrado, em dezembro: o total de seis festas de santos padroeiros, em Porto Salvo (Nossa Senhora da Luz), Santa Maria do Guarimã (Santa Maria e São José), Itapuá (Menino Deus), Santa Luzia da Barreta (Santa Luzia), Bom Jardim da Barreta (Nossa Senhora de Fátima) e Curuçazinho (Nossa Senhora da Conceição). Além dessas festas, algumas delas atraindo devotos de vários pontos do município e mesmo de Belém, como as de Porto Salvo, Curuçazinho e Itapuá, temos, ainda, uma pequena festa em homenagem ao Menino Deus, em Porto Salvo. O ciclo encerra-se efetivamente em janeiro, quando as chuvas já chegaram com mais intensidade, com uma grande festa, a de São Sebastião, padroeiro do segundo bairro mais importante da cidade de Vigia, o Arapiranga, no dia 20. Concomitantemente, realiza-se uma festa de menores proporções, para esse mesmo santo, na povoação de São Sebastião do Guarimã, da qual é padroeiro. Antes do encerramento do ciclo ainda ocorre, em janeiro, uma modesta comemoração dos Santos Reis, em Porto Salvo.

Vale lembrar que, de dezembro a janeiro, justamente no encerramento do ciclo de festividades dos santos, ocorrem as celebrações natalinas, segundo o calendário litúrgico oficial, cujas repercussões sobre a religiosidade popular, especialmente no interior do município, são relativamente escassas. As comemorações do Menino Deus,

Quadro I – O ciclo das festas religiosas do município de Vigia

ESTAÇÕES	MESES	FESTAS DE SANTOS PADROEIRO		OUTRAS FESTAS		OUTROS EVENTOS
		FESTAS	LOCAIS	FESTAS	LOCAIS	
“Inverno” (mais chuvas)	Maio	Espírito Santo	Juçarateua do Pereira	Santa Maria	Macapá da Barreta	
		Santíssima Trindade	Meraponga	N. S. do B. Remédio	Itaporanga	
		Santo Antônio	S. Benedito da Barreta Pereira	Espírito Santo N. S. do P. Socorro	Penha Longa Itapuá, S. Maria do Guarimã	
		N. S. do P. Socorro	Iteréua Cumaru	São Pedro	Vigia, Itapuá	
		São Pedro	Baiacu S. Antônio da Barreta	S. C. de Jesus	Macapá da Barreta	
“Verão”	Julho	S. Cristóvão	Km 55	S. C. de Jesus	Boa Vista da Barreta	Férias escolares
	Agosto	N. S. das Neves	Vigia	N. S. das Graças	Macapá da Barreta	
		N. S. da Penha	Penha Longa	São Benedito	Itapuá, São Benedito da Barreta	
		Santa Rosa de Lima	Santa Rosa			
	Setembro	N. S. de Nazaré	Município de Vigia			Semana da Pátria
	Outubro	S. Sebastião	Boa Vista da Barreta	S. Geraldo	Iteréua	
		S. Pedro	Macapazinho da Barreta	S. C. de Jesus	Itapuá	
	Novembro	N. S. das Graças	Itaporanga	N. S. das Graças	Penha Longa	Finados (“iluminação”)
		N. S. do Livramento	Macapá da Barreta			
	“Inverno” (mais chuvas)	Dezembro	N. S. da Luz	Porto Salvo	Menino Deus	Porto Salvo
Santa Maria/ São José			Santa Maria do Guarimã			
Menino Deus			Itapuá			
Santa Luzia			Santa Luzia da Barreta			
N. S. de Fátima			Bom Jardim da Barreta			
N. S. da Conceição		Curuçazinho				
Janeiro		São Sebastião	Arapiranga (Vigia) S. Sebastião do Guarimã	Santos Reis S. Sebastião	Porto Salvo	Santos Reis
Fevereiro						Carnaval
Abril					Semana Santa	

como “santo” padroeiro de Itapuá, estão, para o povo, remotamente ligadas ao Natal, no sentido da liturgia oficial ou no das comemorações natalinas populares que se fazem nas grandes cidades brasileiras, Belém incluída. Mesmo as tradições populares rurais ligadas ao Natal, como pastoris, bumba-meu-boi, cheganças, marujadas e congadas, tão comuns em outras regiões brasileiras, estão ausentes do município, nesse período. Apenas a modesta comemoração de Porto Salvo e as “tirações de reis” (grupos de músicos e cantores, que percorrem as casas colhendo donativos, na noite do dia 6 de janeiro, semelhantes às folias de santos) é que persistem como parte integrante das celebrações do Natal no interior de Vigia. Em outros municípios do Salgado, o Natal está associado à festa de São Benedito (o que não ocorre em Vigia), como nos casos de Curuçá, Marapanim, Maracanã, Primavera e Santarém Novo, sendo famosa a marujada que se apresenta em Quatipuru (vila pertencente ao município de Primavera), como parte da festividade desse santo.

Considerando-se, agora, o conjunto dos municípios da região do Salgado, correspondência semelhante pode ser encontrada entre o ciclo de festividades religiosas populares e os períodos de “inverno” e “verão” (cf. Loureiro et al., 1979). O Quadro II, abaixo, refere-se apenas aos santos padroeiros dos municípios e às festas mais importantes de outros santos, padroeiros ou não, comemorados tanto nas sedes municipais como em vilas e povoações do interior. Observam-se, também, para o conjunto da região, os mesmos fatos que ocorrem no caso do município de Vigia: início e término do ciclo nos meses de maio e janeiro, com as comemorações de Santa Maria (Santo Antônio do Tauá) e São Sebastião (Marapanim e Santarém Novo), e maior concentração de festividades em junho (oito festas) e dezembro (10 festas).

Outro fato a ser assinalado é o que está em correspondência com a não-ocorrência de festas de santos, no município de Vigia, no mês de setembro, em que se comemora a Santa Padroeira dos vigienses, Nossa Senhora de Nazaré: em cada município do Salgado também não acontecem outras festas no mês de seus respectivos padroeiros. E, mais, no mês de outubro, quando se realiza a celebração religiosa maior dos paraenses, em Belém, a Festa de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do estado, nenhuma outra festa de santo importante se realiza em Vigia e no Salgado, com exceção do círio da mesma Nossa Senhora de Nazaré, em Quatipuru, vila pertencente ao município de Primavera, que antecede uma semana o círio de Belém. Isso reflete, de um lado, a preocupação de não prejudicar a participação de romeiros e devotos nas festas maiores e, de outro, a constatação de que outras festas, de prestígio mais reduzido, entrando em concorrência com as grandes festas de santos padroeiros, necessariamente serão prejudicadas na afluência de participantes.

Quadro II – O ciclo das festas religiosas na zona do Salgado

ESTAÇÕES	MESES	FESTAS DE SANTOS PADROEIRO		OUTRAS FESTAS	
		FESTAS	LOCAIS	FESTAS	LOCAIS
“Inverno” (mais chuvas)	Maio			Santa Maria	Santo Antônio do Tauá
	Junho	Santo Antônio	Santo Antônio do Tauá	Santo Antônio São João São Pedro	Santarém Novo Colares, Santarém Novo, S.C. de Odivelas Curuçá, Salinópolis, Santarém Novo
“Verão”	Julho			São Sebastião	Colares, Magalhães Barata
	Agosto	N. S. das Vitórias	Marapanim	N. S. de Nazaré	Magalhães Barata
		São Caetano	S. Caetano de Odivelas	Santa Maria São Raimundo	Santarém Novo Santo Antônio do Tauá
	Setembro	N. S. do Rosário	Curuçá	São Tomé	Colares
		S. Miguel Arcanjo	Maracanã		
	Outubro	N. S. do Socorro	Salinópolis	N. S. de Nazaré	Primavera (Quatipuru)
Novembro		N. S. de Nazaré	Magalhães Barata, Primavera	N. S. de Nazaré São Benedito	Maracanã Salinópolis
“Inverno” (mais chuvas)	Dezembro	N. S. da Conceição	Santarém Novo	Santa Luzia	Marapanim
		N. S. do Rosário	Colares	São Benedito	Curuçá, Marapanim, Maracanã, Primavera, Santarém Novo
	Janeiro			N. S. da Conceição Santos Reis / Espírito Santo Espírito Santo São Sebastião	Marapanim, Salinópolis Marapanim Marapanim Marapanim, Santarém Novo

Se se percebe essa ligação do ciclo de festas do município de Vigia (e do Salgado) com o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém, é preciso lembrar, como foi dito, que há todo um ciclo de festas religiosas e de círios no estado que, da mesma forma como no caso de Vigia – cujo ciclo de festas de santos culmina no círio e na festa da padroeira –, se organiza em função da festa maior da “santa dos paraenses”, em outubro. No que concerne aos municípios das regiões mais próximas e de mais fácil acesso em relação a Belém – zonas Bragantina, Guajarina e do Salgado, e Ilha do Marajó – esse ciclo de círios e de festas vai num crescendo de afluxo de romeiros até alcançar participação muito intensa de pessoas, que se deslocam de vários pontos do estado e mesmo de outros estados, mas sobretudo das regiões próximas, para participar dos círios mais importantes. O círio de Vigia, em setembro, é o que recebe mais atenções, tanto dos romeiros de fora do município (incluindo Belém) como da imprensa (chegando às vezes a ser notícia nacional, por ser divulgado no programa “Fantástico”, da TV Globo). Assim, o círio de Vigia constitui-se na culminação não só do ciclo de festas religiosas no município, mas também de todo um ciclo de festas de santos do interior do estado, precedendo e preparando a grande festa religiosa da padroeira dos paraenses. Esse ciclo de círios prossegue, ainda, pelos meses de novembro e dezembro, com festas que se realizam em outras vilas e cidades do interior, algumas delas alcançando grande repercussão no nível estadual – como as de Soure, Bragança, Icoaraci, Santarém e Abaetetuba –, mas nenhuma conseguindo obter a mesma carga valorativa, emocional e simbólica que está presente no círio de Vigia.

Aspectos regionais (amazônicos) do Círio de Nazaré

Para concluir este trabalho, não seria possível deixar de tratar dos elementos regionais (amazônicos) que o Círio de Nazaré evoca fortemente, tanto em Vigia como em Belém. Esses elementos, presentes no plano das representações, se expressam, de modo especial, em alguns símbolos que, como significantes, estão nele contidos em abundância. Pode-se começar pelos que surgem na cerimônia do almoço com que o círio se encerra, em que, à parte o aspecto extraordinário próprio do ritual, encontram-se, ao menos como ideal ou regra cultural, os pratos típicos da cozinha regional paraense: maniçoba e pato-no-tucupi. Esses elementos, como vários outros, expressam, desde logo, uma identidade cultural que o paraense faz questão de exibir, especialmente aos visitantes que vêm de outros estados, sempre convidados por alguma família para participar do almoço do círio.

Um segundo elemento é a corda, que, com seu simbolismo marca essa identidade regional. A corda é polissêmica, mas, neste ponto, devo enfatizar apenas um aspecto de seus vários sentidos: não seria a corda do círio também um símbolo fálico (como os mastros de santos), mas num sentido diferente, a corda como serpente (a cobra, tão presente nos mitos amazônicos)? Embora isso não aconteça no círio de Vigia, em Belém, no dia do círio, são vendidos muitos objetos de artesanato popular, brinquedos infantis, feitos de “miriti” (a polpa do talo das folhas de uma palmeira), entre os quais se destacam cobras (que parecem vivas, com movimento especial) e barcos, fabricados por artesãos do município de Abaetetuba, próximo a Belém. Ora, as próprias procissões têm sido comparadas a serpentes (lembrar os

versos de Gilberto Gil: “Olha, lá vai passando a procissão/se arrastando como cobra pelo chão”). O Círio não seria então uma serpente, a serpente domada pela própria Virgem, que em algumas de suas representações aparece calcando com os pés sua cabeça, significante expressivo do catolicismo para indicar a vitória sobre o demônio, que a obra da Redenção efetivou, por intermédio da Mãe de Deus? Mas não uma serpente qualquer, uma serpente amazônica. O Círio como cobra-grande.

Tanto em Vigia como em Belém, o círio é também um imenso rio humano, quase tão grande quanto os rios amazônicos. E aqui surge outro elemento para marcar essa identidade regional. Nossa Senhora de Nazaré, para os católicos populares, é uma santa das águas. Tendo sua devoção se originado em Portugal, numa pequena aldeia de pescadores, como foi dito, de lá foi transportada, pelo oceano, para outra povoação de pescadores, no Pará. Como registra um conhecido escritor regional, José Ubiratan da Silva Rosário:

O ‘Culto de Nazaré’ participa na sua origem de duas margens aquáticas. Desde o litoral português ao litoral vigiense estendia-se uma identidade geográfica no que concerne à condição do homem sujeito ao perigo – as águas –, ao mesmo conflito existencial, à mesma ameaça: o naufrágio! O naufrágio regional é a tragédia amazônica por excelência, assim como para o navegante lusitano do século XVII era o naufrágio marítimo, oceânico, o seu maior pavor. Tanto lá como cá, desenvolvia o homem a cultura material no sentido de adaptar-se ao desafio hídrico. No sentido tecnológico, o português mercantilista aprimorava o veleiro. Sua salvação estará confiada à tecnologia. Os colonos ou colonizados vigienses, seguindo a trilha do mesmo desafio (e numa mescla de tecnologia européia e nativa, entre o veleiro e a leve ubá do índio), engendraram a vigilenga [embarcação típica do município de Vigia]. Mas quem pode afirmar que haveria de bastar a tecnologia para assegurar a tranquilidade do milagre da salvação na iminência do naufrágio na costa paraense? (...). Acredito que não seja outro, legitimamente, o sentido do ‘círio amazônico’ ou simplesmente do ‘Círio’, senão esse: o da salvação; salvação do naufrágio; mesmo o naufrágio hoje metafórico: todos os ‘naufrágios’ da criatura humana (Rosário, 1985:5-6).

Mesmo sem poder concordar com a afirmação de que o naufrágio seja “a tragédia amazônica por excelência”, tendo em vista as inúmeras tensões e conflitos sociais por que hoje passa a população regional, a noção de naufrágio metafórico, simbólico, tem certamente grande validade no plano da religiosidade popular. E o autor citado é bastante feliz quando lembra essa relação entre Nossa Senhora de Nazaré e as águas, embora, desde o período colonial, para a Igreja oficial, a padroeira do Brasil fosse Nossa Senhora da Conceição (por outro lado, o lado popular, Iemanjá, rainha das águas).⁶

Não é sem razão que surgem também tantas barcas no círio (os próprios carros – dos Anjos, dos Milagres, etc. – são barcas). Não é também sem razão que os viajantes e os pescadores que se salvaram de naufrágios cumprem tantas promessas no círio. E que a alegoria do “primeiro milagre autêntico” de Nossa Senhora de Nazaré, a de D. Fuas Roupinho, presente tanto no círio de Belém como no de Vigia, representa também um barco – uma caravela – prestes a se afundar, em mar revolto. Positivamente, na Amazônia, as representações populares conferem a Nossa Senhora de Nazaré não só a

condição de 'padroeira', mas, também, embora isso não seja explicitado, a não ser pelos observadores mais penetrantes, a condição de 'rainha das águas'.

Há outra analogia, feita pelo geógrafo Eidorfe Moreira, em seu belo estudo intitulado “Visão geo-social do Círio”: a relação entre o círio de Belém e a Cabanagem, a grande revolta popular paraense, ocorrida no século 19 (Moreira, 1971). Para esse autor, na ocasião do Círio, em Belém, ocorre, todos os anos, uma espécie de “invasão cabana” que, embora pacífica, relembra a tomada militar da capital da antiga Província do Pará pelos revoltosos de 1835 (sobretudo, caboclos do interior). Essa analogia feliz de Moreira permite também relacionar, no plano do simbolismo, três expressões do maior relevo na cultura amazônica (e, mais especificamente, paraense): o encantado do fundo, a devoção a Nossa Senhora de Nazaré (e aos santos populares em geral) e a Cabanagem. Se o Círio de Nazaré pode ser relacionado à cobra-grande, símbolo dos encantados em geral – e, mais especificamente, à forma pela qual se apresenta a filha do rei D. Sebastião quando deseja desencantar-se, subvertendo a ordem geral do mundo, como aparece em relatos populares –, há também, no plano metafórico, um sentido mais profundo, de cunho político (ou “pré-político”) que pode estabelecer a ligação entre o círio e a Cabanagem.⁷

Há, porém, outro sentido pelo qual se pode fazer essa relação entre o Círio e a Cabanagem: é que, nos dias de hoje, não se deve pensar apenas na invasão do caboclo do interior em Belém, durante o Círio, mas também numa espécie de “invasão” do belemense no interior, na ocasião da realização dos inúmeros círios que se multiplicaram pelo estado, a partir dos modelos de Belém e de Vígia. Aqui surge uma espécie de reciprocidade, como muitas outras que estão presentes nas festas dos santos populares: se o homem do interior vem a Belém, em outubro, o belemense vai ao interior em outros meses do ano, para participar de todo um ciclo de círios que se espalhou pelo estado. Essa multiplicação de círios chega, porém, a transcender o âmbito do Pará, estendendo-se por outras capitais brasileiras, como já foi dito. O paraense difunde o círio por onde vai, marcando com isso não só o culto à Virgem de Nazaré, sua padroeira, mas, também, sua própria identidade de paraense e amazônida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA PINTO, Antônio Rodrigues de. O Bispado do Pará. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, [Belém], v. 5, p. 11-191, 1906.

BOGA, Mendes. *D. Fuas Roupinho e o Santuário de Nazaré*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1948.

FERNANDES, Rubem César. Aparecida: Nossa Rainha, Senhora, Mãe, Saravá!. *Ciência Hoje*, São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1985.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). 2ª Superintendência Regional. *Dossiê sobre o Círio de Nazaré*. 2004. Texto digitado.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação*. Brasília, 2000. Texto digitado.

LIMA, Maria Dorotéia; MAUÉS, R. Heraldo. Reflexões a propósito do registro

do Círio de Nazaré como patrimônio de cultura imaterial. In: FALCÃO, Andréa (Org.). *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares*. Rio de Janeiro: Funarte : IPHAN, CNFCP, 2005. (Encontros e estudos; 6).

LIMA, Maria Dorotéa. *Círio de Nazaré: relatório de execução INRC*. Belém: Iphan, 2ª S. R., abril de 2003.

LOUREIRO, Violeta R.; LOUREIRO, J. J. PAES; VIANNA, C. M. *Inventário cultural e turístico da microrregião do Salgado*. Belém: Secdet, 1979.

MAUÉS, R. Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Belém: Cejup, 1995.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974. v. 2.

MOREIRA, Eidorfe. *Visão geo-social do Círio*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1971.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

ROCQUE, Carlos. *História do Círio e da Festa de Nazaré*. Belém: Mitograph, 1981.

ROSÁRIO, José Ubiratan. O salvacionismo brasileiro. In: _____. *Cultura brasileira*. 1985. Texto digitado. Prêmio “Samuel Mac Dowell” da Academia Paraense de Letras.

VIANNA, Arthur. Festas populares do Pará. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1904. v. 1: A Festa de Nazareth.

Notas

- 1 A mesma informação consta de nosso artigo conjunto, recentemente publicado (cf. Lima e Maués, 2005: 28).
- 2 Utilizo aqui, em boa parte, idéias e formulações que se encontram em meu livro intitulado *Padres, Pajés, Santos e Festas* (Maués, 1995).
- 3 É no alto desse abismo que, nos dias de hoje, se encontra o santuário de Nossa Senhora de Nazaré, num local bastante próximo à atual cidade de Nazaré, com uma belíssima praia junto ao Atlântico. Visitei o santuário, durante viagem a Portugal, em novembro de 1998, e pude constatar a grande altura dessa elevação, que dá para o mar. Este último detalhe é importante, porque Nossa Senhora de Nazaré é também protetora dos pescadores e dos navegantes.
- 4 Na história que se conta a respeito das origens do Círio de Nazaré, em Belém, lenda e acontecimentos históricos (atestados por documentos) muitas vezes se confundem (cf., entre outros, Almeida Pinto, 1906; Rocque, 1981; e Vianna, 1904). Pelo conhecimento antropológico que se tem das relações entre mito e rito, nas diversas sociedades humanas, é mais provável que a lenda (ou mito) do achado da santa tenha surgido depois de ter sido criado o ritual, como maneira de explicar esse rito especial que se criou para o círio, no Pará, com seu aspecto de dupla procissão (o que não é usual nas festas de santo em outras partes do mundo).
- 5 Essas celebrações começam na última semana do mês de agosto, com a Missa do Mandato, quando representantes das diversas paróquias de Belém são encarregados de promover as “peregrinações” de pequenas imagens de Nossa Senhora de Nazaré pelas casas dos diversos bairros de Belém, preparando a festa. Prosseguem com várias “romarias”, que antecedem a trasladação e o círio propriamente dito: o traslado da imagem em carro aberto para Ananindeua (tarde da sexta-feira que antecede o círio); a romaria rodoviária, que conduz a imagem da santa de Ananindeua para Icoaraci (manhã do sábado que antecede o círio); a romaria fluvial, que conduz a santa de Icoaraci para Belém (também na manhã desse sábado); e a moto-romaria (ou romaria dos motoqueiros), que conduz a santa do cais de Belém até o Colégio Gentil Bittencourt, do qual ela sairá, à noite, ainda no sábado, para a Igreja da Sé (para sair, no dia seguinte, no cortejo triunfal do Círio propriamente dito) (cf. Dossiê, 2004).

- 6 Vale lembrar que a padroeira oficial do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, é, de fato, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, também achada, por pescadores humildes, no fundo de um rio, em São Paulo. Sobre essa relação entre Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora Aparecida, Iemanjá, há uma certa identidade católica brasileira, cf. Fernandes (1985).
- 7 Revolta popular ocorrida no Pará, entre 1835 e 1840, que constituiu, segundo o historiador Prado Júnior (1961), o único movimento dessa natureza na história brasileira capaz de tomar o poder numa província, por período relativamente prolongado, até ser totalmente sufocada pelas tropas do governo central do Império. Ainda hoje existe a memória da Cabanagem entre as populações das localidades em que o movimento se desenvolveu. A Cabanagem, como acontece com a Guerra dos Farrapos em relação ao Rio Grande do Sul, é pensada como parte importante da construção da identidade paraense.

Sincretismo e religiosidade popular no registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural brasileiro*

Maria Dorotéa de Lima

Arquiteta com especialização em urbanismo, coordenou o inventário e a instrução do processo de registro do Círio de Nazaré, em Belém/PA como patrimônio cultural brasileiro.

Atualmente é aluna especial do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará.

Não há oposição entre o trabalho delicado, que revela a variedade, e a caracterização geral, que define afinidades. O importante é fazer com que eles iluminem um ao outro e com isso revelem o que é a identidade. E o que ela não é.¹

1. Introdução: do tombamento ao registro

O Círio de N. S. de Nazaré é uma grande manifestação de religiosidade popular, em torno da devoção à Virgem de Nazaré, que acontece anualmente em Belém, no Estado do Pará, desde o século 18. Sua origem, envolta em lendas e mitos, entrelaça-se a fatos históricos.

Em setembro de 2004, com 211 anos de realização, o Círio de Nazaré recebeu o título de patrimônio cultural brasileiro, mediante seu registro² no Livro das Celebrações.

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais data do final do século 19. Consiste na proteção, pelo Estado, de determinados bens designados símbolos da nação.³ Prática iniciada pelos Estados modernos, a preservação desse patrimônio visa a assegurar sua transmissão às próximas gerações e, pela implementação de políticas públicas específicas, a construção de uma identidade nacional e a formação dos cidadãos.

Devido à aliança entre os interesses cultural e político, fundamentada em justificativa ideológica, a preservação tornou-se uma atividade sistemática dos governos. Segundo Fonseca, “aparentemente essa foi uma fórmula bem sucedida”⁴ adotada pela França após a revolução, que será repetida por outros países após movimentos revolucionários.

No Brasil, a idéia de construção de uma história e de uma identidade brasileiras surgiu de forma mais concreta no bojo de um projeto nacional hegemônico do Segundo Império (1831-1889). Nesse projeto foi assumida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (1838) a missão de construir uma história para o Brasil e forjar uma identidade nacional compatível com o padrão europeu. Entretanto, devido a determinismo de natureza biológica, aliado a teorias racistas vigentes então, a construção do processo de formação da sociedade brasileira forjado pelo IHGB excluiu as ditas “raças inferiores”, pois, segundo essas correntes teóricas, a nação brasileira não tinha futuro, estava condenada pela mistura racial de negros, índios e brancos.⁵ Para solucionar esse problema e fazer do Brasil uma nação viável, alguns movimentos ligados à literatura e às artes, cujo auge se dará no Romantismo, nas obras de Gonçalves Dias e, principalmente, de José de Alencar, transformam o índio em símbolo nacional. Trata-se, no entanto, de um índio idealizado:

O índio de Alencar, ou está num passado remoto anterior à chegada dos portugueses (Ubirajara), ou surge como a marca de nossa suprema diferença no encontro entre portugueses e índios (O Guarani e Iracema). É o índio do passado, de um passado imaginário, de uma história a ser escrita. O impacto desta imagem é sentido até os dias atuais: o índio como símbolo da nacionalidade brasileira. ⁶ (grifo do autor)

Posteriormente, ainda no sentido de viabilizar um futuro para o Brasil, surge a teoria do branqueamento (1889-1914), com estímulo à imigração branca (com maior interesse pelos nórdicos), de modo que a miscigenação resultaria numa “população mestiça sadia capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural como fisicamente”. ⁷ Essa política perduraria até 1920.

Datam desse período textos elaborados por intelectuais modernistas abordando a necessidade de proteção do patrimônio histórico e artístico integrado ao projeto de construção da identidade brasileira; os grandes museus nacionais já haviam sido criados, mas apenas em 1937 a constituição e a salvaguarda desse patrimônio estariam legalmente asseguradas no Brasil por meio do tombamento.

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1936, o Brasil inicia efetivamente sua atuação na construção e preservação de seu patrimônio histórico e artístico nacional. O arcabouço legal para essa ação foi instituído pelo Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. ⁸ Segundo esse decreto,

constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (art. 1.).

Restrito aos bens culturais de natureza material, sobretudo edificações, conjuntos urbanos e obras de arte, o patrimônio histórico e artístico nacional, assim definido, está sempre associado a um passado histórico “memorável” e/ou a uma obra de valor “excepcional”. Esse reconhecimento, porém, é sempre feito a partir do presente. ⁹ Portanto, a política de formação da identidade nacional pelo Estado brasileiro, nesse período, está estreitamente vinculada não apenas ao Modernismo, mas também à Revolução de 30, coroada pela instauração do Estado Novo.

Centralizador e autoritário, o novo regime acabou com a representação política e instaurou a censura. Abriu espaço para os intelectuais na construção ideológica do regime e na construção da nação, cabendo ao Ministério da Educação e Saúde – MES estabelecer as bases para a criação de uma cultura nacional, homogênea, que contribuísse para a identificação dos cidadãos com a nação. Gustavo Capanema assume o MES e, logo depois, Rodrigo de Melo Franco de Andrade é nomeado para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, no qual permanece por 30 anos. Mário de Andrade, a pedido de Capanema, desenvolve o anteprojeto para “fixação e defesa do patrimônio artístico nacional” ¹⁰ em que apresenta um conceito amplo de cultura, que, entretanto, não foi contemplado pelo Decreto-Lei n. 25/37, tampouco na estruturação do órgão federal de preservação, hoje Iphan.

Foram os modernistas, a partir de suas concepções sobre história, arte, tradição e nação, que idealizaram a identidade nacional. Segundo Gonçalves, esses intelectuais “concebiam a si mesmos como uma elite cultural e política cuja missão

era ‘modernizar’ e ‘civilizar’ o Brasil, elevando o país ao plano das nações européias mais avançadas”. Prossegue o autor enfatizando que no cerne desse projeto estava a produção de “uma imagem singularizada do Brasil”, integrando-o à moderna civilização ocidental. Pretendia-se, portanto, “identificar e afirmar uma cultura brasileira autêntica”, usando a mesma linguagem das vanguardas artísticas européias.¹¹

Refletidos na prática dos tombamentos, os conceitos e princípios modernistas priorizaram a preservação da arquitetura colonial brasileira sob o argumento de que esta se encontrava ameaçada pelo processo de urbanização e pelas novas influências culturais procedentes da Europa e dos Estados Unidos. O barroco praticado no Brasil, sobretudo em Minas Gerais, foi eleito para representar a arte colonial brasileira: Para os modernistas, essa arquitetura “representava a primeira expressão ‘autenticamente’ brasileira, o ‘abrasileiramento’ das construções portuguesas”.¹²

Até 1969, 803 bens haviam sido inscritos nos Livros de Tombo, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil e 43 de arquitetura militar, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais. Essa seleção dos símbolos da nação, escolhidos por sua ligação a fatos históricos memoráveis e por suas qualidades artísticas, evidencia a presença do Estado, da Igreja e das elites no processo de formação da sociedade brasileira, cujas atividades cotidianas não estão representadas como produtoras desse passado, que só é reconhecido por meio de segmentos privilegiados e do excepcional.¹³

A passagem de Aloisio Magalhães primeiramente pelo Iphan e depois na Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura, entre 1970 e 1982, suscitou, a partir de sua visão antropológica de cultura,¹⁴ uma série de questionamentos relativos à política cultural, inclusive com relação ao patrimônio cultural e ao tombamento, dando início a um processo de reavaliação dos critérios e procedimentos adotados pelo Iphan no processo de seleção e atribuição de valores relativos ao que deve ser preservado.

Segundo Gonçalves, Aloisio Magalhães substituiu patrimônio histórico e artístico pela noção de bens culturais.¹⁵ Além disso, destaca a diversidade cultural embora visualize também “uma cultura brasileira que é integrada, contínua e regular”; ressalta a necessidade e a importância do contato direto entre os técnicos do patrimônio e as populações locais; tem o propósito de identificar a diversidade cultural brasileira associando-a ao processo de desenvolvimento e mantendo a autonomia cultural diante do primeiro mundo. O Brasil é pensado como nação em construção, em processo de formação. O passado é importante como fator de sustentabilidade do presente e de um futuro projetado.¹⁶ Entende que o patrimônio cultural brasileiro deve refletir também manifestações culturais procedentes de outros grupos que compõem a sociedade brasileira, em vez de restringir-se apenas aos grandes monumentos, referências da cultura européia, sobretudo a portuguesa.¹⁷

Desse período até bem recentemente, a inquietação relativa à falta de representatividade da diversidade cultural brasileira entre os bens tombados pelo Iphan esteve latente nessa instituição e no Ministério da Cultura – MinC. Também as formas de identificação, registro e proteção dos bens de caráter processual e dinâmico¹⁸ passaram a ser objeto de reflexão, pesquisa e experimentação. Tais reflexões, práticas e evoluções conceituais resultaram na incorporação da noção de bens culturais (bens materiais e bens imateriais) ao conceito de patrimônio

cultural, inserido na Constituição Federal de 1988. Posteriormente, em 2000, as diversas experiências institucionais aliadas a estudos específicos quanto à forma legal de proteção desse patrimônio foram concretizadas em três novos instrumentos: o Registro do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial (Decreto n. 3.551/200019); o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, metodologia voltada para a identificação e o registro das referências culturais de um determinado território, a partir da fala dos grupos sociais envolvidos; e o Plano de Salvaguarda, que visa a assegurar, de modo sustentável, a continuidade daqueles bens, que se encontra ameaçada quando assim for detectado pelo inventário. A inauguração dessas formas inovadoras de tratar o patrimônio cultural abre novas perspectivas para a representatividade “dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.²⁰

Complementando a trajetória da questão patrimonial no Brasil, acrescento mais uma fase a esse processo, correspondente à aplicação prática do registro. Inaugurada com a inscrição do ofício das paneleiras de Goiabeiras no Livro dos Saberes e seu conseqüente reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro (dezembro de 2002), e estendendo-se até os dias atuais com os registros subseqüentes do samba-de-roda, da pintura corporal e arte gráfica wajãpi, do ofício de baianas de acarajé, do Círio de Nazaré e da viola-de-cocho.

Analisado por Alencar,²¹ esse período, que corresponde praticamente ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003), diferencia-se dos anteriores pela grande mobilização popular, repercussão e expectativas de mudanças atribuídas ao fato de tratar-se de um partido de esquerda e de um presidente “vindo do ‘povo’”.²² No que tange aos discursos²³ e práticas patrimoniais, a autora observa poucas modificações com relação à fase precedente: “a cultura brasileira é equiparada à nação”, e, embora tendo suas pluralidade e diversidade reconhecidas, persiste a idéia de homogeneidade da população brasileira, que comunga de valores como tolerância, mestiçagem, sincretismo e integração. A partir do reconhecimento e valorização das práticas culturais cotidianas, procura-se reforçar a auto-estima do brasileiro para alcançar uma nação soberana. A concepção de nação e de cultura se mantém hegemônica e sintonizada com os preceitos anteriores instituídos por Aloisio Magalhães. A mudança maior pode ser imputada ao papel operacional assumido pela cultura no reforço da auto-estima do brasileiro, visando a reflexos na mudança dos rumos do país.²⁴ Observa também, perspicazmente, a autora, que a atuação do Estado na área do patrimônio imaterial constitui “campo fértil” para a análise antropológica, sobretudo no que tange “às dinâmicas socioculturais no interior dos estados nacionais”.²⁵

Às constatações e considerações de Alencar acrescento a observação de que a nomeação do antropólogo Antônio Augusto Arantes para dirigir o Iphan em 2004, também mencionada pela autora, constitui marco referencial da mudança de enfoque do discurso do patrimônio cultural, transferido nesse governo do material para o imaterial, do monumental para as práticas cotidianas, com as correspondentes intenções/implicações políticas e ideológicas.²⁶

Depois dessa introdução, em que foi traçada uma panorâmica do processo de construção do patrimônio histórico e artístico brasileiro, serão abordados neste ensaio alguns aspectos históricos e conceitos relativos à religiosidade popular brasileira e ao sincretismo. Em seguida será apresentada uma breve descrição do Círio de

N.S. de Nazaré, elaborado com base nas informações contidas no dossiê Círio de Nazaré, que integra a instrução do processo de registro dessa manifestação. Depois de identificar os valores atribuídos a esse bem cultural pelos pareceres emitidos na instrução do registro, serão tecidas – com base em questões que têm sido formuladas sobre esses novos instrumentos, bem como em minha experiência como técnica do Iphan responsável pelo inventário e pela instrução do registro do Círio de Nazaré, e nas formulações de alguns teóricos – considerações finais sobre o tema abordado e seus possíveis desdobramentos sobre os bens culturais.

2. Aspectos históricos e conceituais sobre sincretismo religioso e religiosidade popular

Conforme abordado por Ferreti ao tratar de religião e cultura popular,²⁷ há divergências acerca da idéia de religiosidade popular. Entretanto, sem entrar no mérito dessa discussão e entendendo essa distinção não apenas como oposição, mas com certa relatividade e também como complementaridade,²⁸ será adotada neste ensaio a idéia de religiosidade popular nos termos apresentado por Maués e Lima com relação ao catolicismo:

O catolicismo popular deve ser entendido não propriamente como catolicismo das 'classes populares', mas como uma forma de catolicismo 'de toda gente', em oposição ao chamado 'catolicismo oficial', preconizado pela hierarquia eclesiástica, que o procura infundir no conjunto da população católica por intermédio de seus agentes (...). Trata-se de uma distinção que se encontra presente em outros campos, como quando abordamos, por exemplo, a distinção entre medicina popular e oficial, música popular e erudita ou saber popular e erudito. A distinção não pode deixar de ser relativizada, entre outras razões, pelo fato de que há um trânsito entre essas duas instâncias, o popular influenciando o erudito ou oficial, e este, por sua vez, exercendo influência naquele; ademais, os próprios atores sociais, na sua prática religiosa ou laica e na sua produção de conhecimento, transitam entre os dois campos (...) no limite, o catolicismo popular não pode existir sem o padre, nem esse pode existir sem o leigo.²⁹

O sincretismo, como revela Canevacci, é conceito originado de uma situação de defesa – quando os cretenses, fragmentados internamente, uniam-se contra o inimigo externo –, que passa “da política à religião”.³⁰ Em algumas circunstâncias apresenta conotação negativa e até mesmo depreciativa, como “sinônimo de mistura confusa de elementos diferentes, ou imposição do evolucionismo e do colonialismo”.³¹ Característico das religiões e identificado desde o período evolucionista, o sincretismo religioso recebeu diferentes conceituações e entendimentos.³² No evolucionismo foi associado às idéias de sobrevivência, máscara colonial, síntese e mistur. No culturalismo e estruturalismo foi associado às noções de fusão, assimilação, aculturação, justaposição, reinterpretação e subculturas, entre outras. Na modernidade foi usado como referência da diáspora africana decorrente da escravidão. Na pós-modernidade é aplicado à cultura, denominado hibridismo cultural e associado às idéias de contaminação e circularidade.³³ No contexto atual, globalizado, em que a comunicação permeia todos os sentidos e relações, embora com efeitos e intensidades diferenciados,³⁴ é apontado como possibilidade de entendimento dessa nova realidade instável e de formulação de novos paradigmas:

*(...) sincretismo como termo-chave para a compreensão da transformação que está se dando naquele processo de globalização/localização que envolve, transtorna e arrasta os modos tradicionais de produção de cultura, consumo, comunicação. Essa palavra não somente abre portas à compreensão de um contexto feito de arrancadas e confusas mutações, mas também pode permitir direcionar esta crescente desordem comunicativa ao longo de correntes criativas, descentradas, abertas.*³⁵

Para efeitos deste ensaio, adotar-se-á o sincretismo no sentido atribuído por Ferreti, como característica do fenômeno religioso que não implica a desqualificação de nenhuma religião, pois

*como os demais elementos de uma cultura, a religião constitui uma síntese integradora, englobando conteúdos de diversas origens. Tal fato não diminui mas engrandece o domínio da religião, como ponto de encontro e de convergência entre tradições distintas.*³⁶

Para Souza, dentre as características que marcaram a religiosidade colonial apontadas pela historiografia pertinente, se pode destacar a subordinação da religião ao sistema dos engenhos de açúcar, onde a atuação do capelão se dava de acordo com o senhor do engenho, reforçando o papel das famílias no processo de colonização e causando o “acentuado caráter afetivo” e a intimidade com a simbologia católica, tão próprio dos brasileiros. Além disso, a condenação inevitável, aos olhos de Roma, ao sincretismo, mediante a condição de mestiços de branco, índio e negro, sobretudo diante de um bispado tardio e da falta das visitas pastorais indicadas pelo Concílio de Trento (1545-1563).³⁷

Prossegue a autora referindo as interferências da Monarquia nas questões espirituais, pelo regime do padroado, que persistiria ainda no Brasil por muitos anos, sobrepondo no processo de evangelização as questões do Estado às da alma e aceitando a escravidão como necessária ao processo de colonização. Até meados do século 18 a religiosidade brasileira mantinha as características medievais, herdadas de Portugal, dada a inconsistente estrutura eclesiástica da colônia, que teve seu primeiro bispado implantado em 1551 e que foi único por um período de 100 anos. A essas especificidades da religiosidade colonial brasileira, Souza acrescenta e destaca o sincretismo (ainda que sem usar essa designação), que “refundiu espiritualidades diversas num todo absolutamente específico e simultaneamente multifacetado”.³⁸

Segundo observa essa autora,³⁹ na Europa do século 18, à revelia das determinações tridentinas, persistiam, lado a lado, na cristandade européia, a religião dos crentes e a dos teólogos (religiosidade popular e religiosidade oficial). O esforço da Igreja no sentido de uniformizar a fé e eliminar da religião as reminiscências medievais só se irá concretizar na Europa no século 18. Na colônia (Brasil), onde os efeitos do processo de romanização da Igreja Católica tardaram mais ainda a chegar, os traços medievais persistiram por período maior, deixando até hoje remanescentes dessa forma de religiosidade, dentre os quais se destacam aqueles herdados do catolicismo europeu, inclusive do português (mas não exclusivos deste), ou seja, em Portugal essa religiosidade já se achava permeada por uma série de elementos e práticas oriundos de outras crenças e religiões que não a católica: apego exagerado às missas e procissões (a festa); maior atribuição de valor à imagem do que à coisa figurada (afetivização); valorização da exterioridade em detrimento do espiritual (exteriorização).

Estimuladas pelo regime do padroado e depois perseguidas pela romanização,⁴⁰ as confrarias e corporações, organizadas em torno de um santo de cor e por uma “espécie de afinidade étnica”, constituíram ponto de coesão e reivindicações sociais. Nas procissões e nas missas mantinham-se separadas pela cor e dispostas, nas procissões, de acordo com o santo homenageado e a cerimônia. O clero ficava sempre ao meio. Mas as cores não se misturam, comprovando a aceitação pela Igreja da estratificação.⁴¹

Recurso explorado pelo barroco, introduzido pelos jesuítas na catequização e adotado posteriormente pelas outras ordens religiosas, o teatro, a música, a dança e a poesia, enfim, a festa, assim como a arquitetura cenográfica, a ornamentação interior dos templos, os efeitos de luz e sombra e a perspectiva foram utilizados para “aturdir as almas simples para conquistá-las e elevá-las por meio da imaginação e dos sentidos à grandeza inefável do sagrado.”⁴² O etos festivo trazido pelos primeiros colonizadores chega ao Brasil com as devoções tradicionais e as festas cívicas do Reino e se estende de norte a sul. Por intermédio das confrarias e corporações, foram incorporadas às festas e procissões as mais diversas manifestações culturais, algumas trazidas pelos colonizadores, outras, pelos escravos.⁴³ Enfim, é na festa e na procissão “que a sociedade fala sobre si mesma por meio da ritualização dos valores que impregnam em profundidade o cotidiano de seus membros, tornando-se, portanto, índice privilegiado de mentalidade”.⁴⁴

Para Montes, as marcas do catolicismo barroco permaneceram (seus recursos ainda hoje são utilizados pelas religiões para atrair e seduzir adeptos), evidenciando sua força de coesão, êxtase (“efervescência”) e expurgo:

*(...) por sua capacidade de soldar num mesmo todo o alto e o baixo, as elites e a grossa massa do povo, tendo por mediação fundamental esta forma por excelência sensível, sensual, essencialmente estética, de transmissão de um etos e de uma visão de mundo, representada pela festa. Graças a ela fora possível unir numa mesma totalidade de sentido de pertencimento o colonizador e o colonizado, o europeu e o indígena e o africano, o senhor e o escravo, com todas as ambivalências e ressignificações que esse processo comporta, porque a festa, nesse catolicismo, sempre se recusara a separar o sagrado e o profano, a forma erudita da cultura e a sua difusão de massa, o local e o universal, o público e o privado.*⁴⁵

Ferreti ao estudar a relação entre festas religiosas e sincretismo conclui que este “constitui uma das características centrais das festas religiosas populares”, podendo ser observado nas procissões, nas festas de santo e nos pagamentos de promessas.⁴⁶

Combatidas pelo processo de romanização, as associações entre as diversas expressões culturais manifestadas durante as procissões foram se tornando esparsas e se dispersando. Algumas se associaram a outras manifestações, transformando-se no processo dinâmico da cultura e das mudanças promovidas pela República. Extinguindo-se algumas e outras assumindo o rótulo de folclore, as folias-de-reis, festas do Divino, festas juninas, pastorinhas, festas de santos padroeiros etc., ainda hoje insistem nos vínculos com a Igreja Católica que, a gosto ou a contragosto, permanece sempre envolvida nesses rituais de celebração.⁴⁷

3. O Círio de Nazaré: entre o mito e as histórias⁴⁸

De origem portuguesa, a devoção a N.S. de Nazaré foi introduzida no Pará pelos inicianos, na localidade de Vigia, de onde chegou até Belém e expandiu-se por todo o estado. Em Portugal a devoção à Virgem de Nazaré está associada ao milagre de D. Fias Roupinho, um fidalgo português que, por intercessão de Nossa Senhora de Nazaré, foi salvo de cair num abismo. E passou a venerar a santa, propagando o milagre.

Em Belém do Pará, segundo a tradição, por volta de 1700, um caboclo agricultor e caçador, chamado Plácido José dos Santos,⁴⁹ caminhava pela estrada do Utinga, hoje avenida Nazaré, à procura de um igarapé em que pudesse saciar a sede. Então, entre as pedras, na margem do igarapé Murutucu (atrás da atual Basílica de Nazaré), encontrou uma pequena imagem da Virgem de Nazaré⁵⁰ e levou-a para sua choupana. Porém, ao acordar na manhã seguinte, a imagem havia sumido. Retornou ao local do achado, e lá estava a santa. Por vários dias isso se repetiu, até que o governador da época mandou levar a imagem da santa para a capela do palácio do governo, onde ficou guardada por soldados, para impedir que desaparecesse. No dia seguinte, nova “fuga”; a santa foi mais uma vez encontrada às margens do igarapé, para onde sempre retornava. Plácido construiu uma pequena ermida para abrigar a imagem de Nossa Senhora de Nazaré. A notícia do “milagre” espalhou-se rapidamente.

A primeira procissão do Círio de Nazaré ocorreu em 1793, em pagamento de promessa feita por Francisco de Sousa Coutinho, então presidente da Província do Pará. Para estimular o comércio regional, Souza Coutinho programou uma grande feira para comercialização de produtos agrícolas e extrativistas de toda a província, que deveria ocorrer na mesma época em que os devotos costumavam homenagear a Virgem de Nazaré. Assim, a oficialização da devoção pela Igreja e a feira organizada pelo presidente da província se deram no mesmo ano, o que denota a popularidade da devoção à imagem encontrada por Plácido, bem como evidencia a preocupação dos poderes instituídos, Estado e Igreja, no sentido de exercer o controle sobre a devoção popular.

Segundo a promessa de Souza Coutinho esse primeiro Círio revivia a lenda; a imagem da santa, levada na véspera para a capela do Palácio do Governo, refazia seu caminho mítico, no dia seguinte, até o local do primitivo achado. Ainda hoje esse movimento de ir e vir da santa se repete nas procissões da trasladação e do Círio. Do mesmo modo que foi realizado por Souza Coutinho.

A procissão do Círio de Nazaré corresponde ao traslado da imagem de Nossa Senhora de Nazaré da Catedral da Sé, no bairro da Cidade Velha, até a praça Santuário, no bairro de Nazaré. A distância percorrida é de cerca de cinco quilômetros. A procissão da trasladação, que antecede a do Círio, faz esse mesmo percurso, mas no sentido inverso.

O Círio envolve todo um conjunto de celebrações e festividades, que começa bem antes do segundo domingo de outubro, numa espécie de preparação, e se prolonga por toda a chamada “Quadra Nazarena”, durante 15 dias, após a procissão do Círio propriamente dita.

Ao longo do tempo, o Círio de Nazaré, em Belém, sofreu diversas modificações tanto com relação à data e ao horário de realização quanto no que diz respeito à

organização do cortejo, ao qual foram agregados novos elementos e alegorias. Seu itinerário manteve-se sem grandes alterações. A partir da década de 1980 foi acrescida à programação uma série de outras celebrações, tais como: a missa do mandato, as peregrinações, o traslado para Ananindeua, a romaria rodoviária, a romaria fluvial, a romaria dos motoqueiros, o círio das crianças e a procissão da festa. No ano passado foi introduzida a procissão dos ciclistas.

Além dessas celebrações, do arraial e da feira de brinquedos de miriti, outros eventos culturais também foram sendo incorporados à programação cultural do Círio: concurso de redação, festival da canção mariana, corrida do círio, festa da Chiquita, auto do círio e arrastão do pavulagem.

A procissão do Círio possui uma estrutura e alguns elementos que a caracterizam. O elemento central dessa estrutura é a berlinda, uma espécie de andor envidraçado, decorado com flores naturais, em que é transportada a imagem da santa durante a transladação e o Círio. Não se trata da imagem conhecida como original, encontrada por Plácido, mas de outra, mandada confeccionar no final da década de 1960, na Itália, com feições locais, denominada Peregrina. A imagem tida como original permanece na Basílica de Nazaré. Em torno da Peregrina se organizam a procissão e os demais elementos que a integram: a corda puxada pelos promesseiros, as barcas, os carros, os fiéis e as autoridades laicas e religiosas.

Motivo de polêmica a cada ano, a corda, atrelada à berlinda e puxada pelos devotos, é um dos elementos mais característicos do Círio de Nazaré. Introduzida na procissão em 1855, para remover o carro de bois que conduzia a berlinda de um atoleiro, perdeu seu significado prático original, transformando-se em elemento sacralizado pela população e um dos símbolos do Círio. A cada ano é maior o número de promesseiros na corda.

Dentro da dinâmica de transformação da festa, acelerada pelos interesses econômicos e turísticos, novos eventos e mudanças continuam a somar-se a cada ano ao Círio, como, por exemplo, no ano passado a procissão dos ciclistas e a nova disposição da corda, que ainda não sabemos se será novamente utilizada este ano, uma vez que aos olhos do público foi considerada a “culpada” pela mais longa procissão de todos os tempos.

4. Considerações finais

Nestas considerações finais serão observados, no Decreto n. 3.551/2000, os pré-requisitos necessários à inscrição de um bem cultural nos livros de registro. Já na relatoria do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural serão identificados os valores atribuídos ao bem na instrução do processo, bem como será verificada a maneira como foram tratadas as questões da religiosidade popular e do sincretismo.

Além disso, serão considerados, a partir da experiência com o processo de registro do Círio, alguns aspectos apontados por Alencar⁵¹ relativos à intenção homogeneizadora do registro e da política cultural desse governo, captada dos discursos oficiais, bem como reforçadas colocações dessa autora sobre as possibilidades antropológicas com relação à vertente do patrimônio imaterial, já observada por Velho.⁵² Finalmente, serão propostas algumas reflexões sobre esse processo de

construção de patrimônios nacionais no mundo globalizado, a partir de elaborações nesse sentido formuladas por Geertz⁵³ e Hall.⁵⁴

Para melhor compreensão da explanação, será feita uma ligeira abordagem das etapas que devem ser cumpridas na instrução de um processo de registro, a partir das informações contidas na bibliografia específica disponibilizada em meio impresso e digital (<http://www.iphan.gov.br>) e de meu conhecimento e experiência do assunto como técnica do Iphan e responsável pela instrução de processo de registro do Círio de Nazaré.

Entre os procedimentos prescritos pela legislação para o registro de um bem cultural como patrimônio cultural brasileiro estão seu inventário e seu dossiê. O primeiro visa a identificar e sistematizar o maior número possível de informações sobre o bem cultural; e o segundo apresenta, a partir dos resultados da pesquisa, sua descrição pormenorizada.⁵⁵ Para a realização do inventário pode ser utilizada a metodologia do Inventário Nacional de Referências – INRC⁵⁶, bem como podem ser adotadas outras formas: o essencial é que esse trabalho reúna pesquisas de fontes bibliográficas e históricas, além de entrevistas com os produtores do bem cultural inventariado, dando conta dos modos de fazer e dos sentidos e transformações do bem.

No caso do Círio de Nazaré foi aplicada a metodologia do INRC, sendo contratados equipe e consultor (antropólogo) para desenvolver o trabalho de pesquisa, que foi realizado em 2002. Os resultados do inventário encontram-se organizados em dois volumes impressos e no banco de dados, além do dossiê.

Instrumentos ainda recentes, o INRC e o registro têm suscitado uma série de questionamentos não apenas entre aqueles que vêm trabalhando diretamente com eles, mas também entre profissionais, sobretudo acadêmicos, que lidam com cultura imaterial. Essas indagações vão da velha questão da apropriação e deturpação desse patrimônio pela indústria cultural até as formas de solicitação do registro.

Questões acerca da intenção do Estado de forjar uma homogeneidade cultural para fins de construção da identidade nacional, nos moldes praticados a partir do século 19, também têm sido apresentadas, além da preocupação quanto aos reflexos desses instrumentos e procedimentos por parte dos agentes sobre o processo de produção desses bens. Como, por exemplo, a forma de lidar com os diversos produtores no sentido de evitar que a interferência e escolha de um determinado grupo para entrevistas e documentação dos processos de produção venham a causar conflitos locais.⁵⁷

Em encontro de Ciências Sociais ocorrido recentemente na Universidade Federal do Pará, participei de uma mesa-redonda tendo por tema os novos instrumentos no trato com o patrimônio cultural, e a questão do registro acabou prevalecendo nas discussões. Nessa ocasião foi manifestada preocupação quanto a repetir-se com esse novo instrumento legal a mesma omissão do tombamento, isto é, devido à falta de informação da população sobre o tema, o Estado reconhecer, mais uma vez, apenas aqueles bens que representam as elites e os grupos dominantes e organizados.

Retomando o registro do Círio como celebração e seu reconhecimento com patrimônio cultural brasileiro, vamos ao Decreto nº 3.551/2000, o qual dispõe no Artigo 1º, § 2º que “a inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória,

a identidade e a formação da sociedade brasileira”. O decreto é complementado pela Portaria Iphan nº 208, de 24 de julho de 2002,⁵⁸ segundo a qual, nos processos de registro, tradição é tomada no sentido etimológico de “dizer através do tempo”, significando “práticas produtivas rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas”, no sentido posto por Hobsbawn & Ranger (1978).

A relatoria do processo de registro do Círio para avaliação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural quanto à pertinência do registro e reconhecimento dessa manifestação cultural como patrimônio nacional, de autoria do conselheiro Arno Wehling, identifica na instrução do processo a valorização das seguintes características desse bem cultural: continuidade histórica, colaboração de diferentes etnias, algumas formas de sincretismo e intensa mobilização popular. A estas o relator acrescenta a “intensa manifestação de fé publicamente demonstrada”, a identidade paraense expressada nos costumes e na alimentação, a coesão e a transversalidade sociais presentes desde a primeira procissão. Conclui, assim, que o Círio “preenche todos os requisitos para ser considerado patrimônio nacional”. O relatório foi aprovado por unanimidade, e o Círio de N. S. de Nazaré declarado patrimônio cultural brasileiro no dia 30 de setembro de 2004.

A esses elementos destacados pelo relator, acrescento alguns outros presentes na documentação produzida para a instrução do processo⁵⁹ e mencionados nos aspectos históricos deste ensaio: a agregação de rituais e expressões culturais de caráter sagrado e profano comuns nas festas de santos; a presença de conflitos/complementaridades entre a devoção popular e as tentativas de controle da festa pela Igreja e pelo Estado; a exteriorização da fé; a relação afetiva com Nossa Senhora de Nazaré que, ao mesmo tempo em que é “venerada como símbolo sagrado”, é tratada como cidadã paraense, “cultiva os mesmos hábitos e gostos”, preocupa-se com os problemas locais e está presente nos autos teatrais que “com irreverência questionam todas as ordens”.

Como visto, entre os valores atribuídos ao bem no processo de registro, podem ser identificadas algumas das características pontuadas anteriormente como próprias da religiosidade popular que era praticada na Europa à época do descobrimento e foi introduzida no Brasil pelos primeiros colonizadores e também do próprio sincretismo. Dessa forma, em conformidade com o disposto na legislação pertinente, pode-se dizer que as práticas da religiosidade popular e o sincretismo são, no contexto atual, considerados relevantes para a formação da memória e da identidade da sociedade brasileira.

Muitas questões e reflexões estão colocadas e devemos procurar respondê-las. Ainda que as respostas nos conduzam a novas reflexões e novos caminhos em vez de certezas.

Conforme explicitado na retrospectiva da questão patrimonial no Brasil, traçada na introdução deste ensaio, desde a década de 1970 pairam sobre o tombamento muitas indagações, tanto pela falta de representatividade da sociedade brasileira a partir do conjunto de bens tombados quanto pelo fato de ele se referir apenas ao patrimônio material. No momento em que se concebem formas legais de ampliar a representatividade dos grupos formadores da nação, outros problemas são levantados, entre eles a questão das identidades nacionais em um mundo globalizado.⁶⁰

Hall⁶¹ analisa, no contexto atual, a questão da identidade nacional diante do

“deslocamento das estruturas e processos centrais das sociedades modernas”. Geertz⁶² vislumbra possibilidades de entendimento entre a teoria política e a antropologia visando à compreensão do processo ocidental e moderno de construção de nações na conjuntura do mundo globalizado, em que as novas relações espaço/tempo alteram os referenciais anteriores. Seguindo por caminhos distintos, os dois autores refletem sobre o mesmo problema. Formulam questões, apontam possibilidades. Em que medida as identidades nacionais estão sendo afetadas por esse processo? O que de fato está acontecendo nesse sentido? Considerar o quadro assustador apresentado pelos pós-modernos, segundo o qual os “padrões abrangentes” devem ser abandonados, ou, no outro extremo, o quadro em que devem ser mantidos e até ampliados os “conceitos de larga escala, integradores e totalizantes”? Como interage a identidade global com as identidades locais e nacionais?⁶³ Será o fim da era das “comunidades imaginadas” de Anderson?⁶⁴

A sensação de perplexidade e até um certo temor ante a inconsistência dos paradigmas e conceitos modernos, já obsoletos para lidar com esse novo contexto, levam à utilização de palavras como esgarçamento, desmantelamento, fragmentação e estilhaçamento, na tentativa de expressar o esfacelamento do mundo, de coesões maiores em menores.

Geertz⁶⁵ aposta na teoria política para dedicar mais atenção “às particularidades das coisas, ao que está acontecendo, à maneira como as coisas funcionam”, pois “ela precisa fazê-lo para participar da construção do que é mais necessário, agora que o mundo está se redistribuindo em estruturas de diferença cada vez mais variadas: uma política prática de conciliação cultural”. Acredita num liberalismo socialdemocrata reformulado para enfrentar o desafio que está posto “de se envolver na política rancorosa, explosiva e não raro homicida da diferença cultural, e, a rigor, de sobreviver na presença dela” e “manter a esperança”.

Canevacci aponta caminhos e possibilidades mais concretas. Vê no sincretismo o termo-chave para a compreensão dessas transformações, propõe novos paradigmas e exemplifica que é possível redirecionar a “crescente desordem comunicativa” de forma criativa. Para esse autor

*o sucesso das perspectivas sincréticas deve-se à irrupção das temáticas antropológicas nos principais solos da contemporaneidade, graças às modificações introduzidas ao que é seu adjetivo qualificativo disciplinar: a cultura. Essa já não é vista como algo unitário, que compacta e liga entre si indivíduos, sexos, grupos, classes, etnias: mas sim é algo de bem mais plural, descentrado, fragmentário, conflitual.*⁶⁶

Gilberto Velho, em artigo de 1984, intitulado Antropologia e Patrimônio Cultural⁶⁷ observa nesse sentido, a partir das características da sociedade brasileira, complexa e heterogênea, que a construção da identidade nacional deve considerar a questão da diversidade cultural, embora reconheça não ser esta uma “tarefa fácil e imediata” diante de tradições legitimadas pelos grupos hegemônicos. Para tanto, sugere o autor que o “trabalho e a experiência do antropólogo podem ser fundamentais” no que tange a captar o simbolismo de determinadas manifestações culturais:

*Não se trata, portanto, de rejeitar ou desqualificar a dimensão do patrimônio cultural que até hoje tem merecido maior atenção dos órgãos responsáveis. Mas, retomando algumas reflexões de Mário de Andrade e de outros pioneiros, cumpre ampliar essa atuação, permitindo o reconhecimento pela nação brasileira de sua própria complexidade. É um processo de pesquisa e debate que deverá envolver necessariamente diferentes atores. Nesta conjuntura histórica em que se fala com insistência na importância da sociedade civil, há que saber reconhecê-la em sua heterogeneidade e densidade.*⁶⁸

Do ponto de vista prático, sobretudo, causam preocupação a estrutura e o quadro técnico insuficientes do Iphan, bem como os poucos recursos destinados à cultura, principalmente diante dessa nova realidade. Ao se conferir o título de patrimônio nacional a um bem, ele é destacado e valorizado, chamando a atenção da indústria cultural e do turismo para si.

É imprescindível que as instituições culturais estejam aparelhadas não apenas para inventariar e registrar os bens, o que já é uma grande demanda, mas também para dar suporte e informações suficientes para que os produtores desses bens possam lidar de forma positiva com a nova situação e, até mesmo, em algumas situações, assumir os inventários de sua própria cultura.

Bibliografia

- ALENCAR, Rívia Riker Bandeira de. *Será que dá samba?: mudança, Gilberto Gil e patrimônio imaterial no Ministério da Cultura*. 2005. 142 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1983.
- ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional.(1935). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, n. 30, p. 270-287, 2002. Número dedicado a Mário de Andrade organizado por Marta Rossetti Batista.
- BASTIDE, Roger. Os dois catolicismos: os problemas do sincretismo. In: _____. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia da interpenetração de civilizações*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1985.
- CANEVACCI, Massimo. *Uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001. 282 p.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. 246 p.
- FERNANDES, Rubem César. *Os cavaleiros de Bom Jesus: uma introdução às religiões populares*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FERRETI, Sérgio. *Religião e cultura popular: estudo de festas populares e do sincretismo religioso*. Disponível em: <http://www.religiaoeculturapopular.htm>. Acesso em: 19 nov. 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: IPHAN, 2005. 294 p.

_____. O registro do patrimônio imaterial. In: BRASIL. Ministério da Cultura. Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. *Dossiê final da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília, 2003 b. 136 p.

FRY, Peter. Feijoada e 'soul food', vinte e cinco anos depois. In: STERCI, Neide; FRY, Peter; GOLDENBERG, Miriam (Orgs.). *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

GEERTZ, Clifford. O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século. In: _____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p. 191-228.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: IPHAN, 1996. 156 p.

_____. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In LIPPI, Lúcia (org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, 295p.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, 102p.

HENRIQUE, Márcio Couto. *O Senhor do Céu não é o Senhor da Terra: a experiência religiosa dos escravos nas irmandades paraenses (1839-1889)*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de História da UFPA para obtenção dos graus de Licenciatura e Bacharelado em História. Belém, UFPA, 1997.

HERKOVITZ, Melville Jean. Aculturação: a transmissão cultural em marcha. In *Antropologia cultural. (Man and his work)*. São Paulo: Mestre Jou, 1969.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Referencial teórico para a criação de categorias de bens tombados federais a partir de seu significado histórico – cultural. São Paulo: Unesco, BID, 2000: 22, mimeo.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Manual de aplicação da metodologia. Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília: 2000, mimeo.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. *Inventário nacional de referências culturais – Círio de Nazaré*. Belém: IPHAN/ 2ªSR, 2004.

LIMA, Maria Dorotéa. Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém/PA: Inventário e registro como patrimônio cultural brasileiro. In Anais do Seminário Patrimônio Cultural e Propriedade Intelectual, 2004, Belém. Belém: Cesupa, Museu Emílio Goeldi, 2005: 55-69. Disponível em http://www.cesupa.br/saibamais/nupi/doc Livro_SeminarioPropriedadeIntelectual ePatrimonioCultural.pdf

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In ARANTES, A.A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000: 304.

MAUÉS, Raymundo H.; HENRIQUE, Márcio C.; LIMA, Maria Dorotéa de. *Dossiê Círio de Nazaré*. Rio de Janeiro: Iphan, no prelo.

MAUÉS, Raymundo Heraldo & LIMA, Maria Dorotéa de. Reflexões a

- propósito do registro do Círio de Nazaré com patrimônio de cultura material. In FALCÃO, Andréa (org.) *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares*. Rio de Janeiro: CNFCP/Iphan, 2005, 90p. Encontros e Estudos 6.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 2 ed. Brasília: Iphan/MinC, 2003, 138p.
- MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In SCWARTZ, L MORITZ, Lília (org). *História da vida privada. Contrastes da intimidade contemporânea*. Volume 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o Iphan. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, 295p.
- RAMOS, Arthur. Conclusões gerais: o problema da aculturação. In *As culturas negras no novo mundo*. 4 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos: Caracteres y origen*. Madrid: Visosr Dist., 1937, 99p.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. Sobrevivências totêmicas: festas populares e folclore. In *Africanos no Brasil*. São Paulo. Ed. Nacional, 1932.
- SCHWARKZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287p.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 328p.
- SOUZA, Laura de Mello e. Religiosidade popular na colônia. In *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. Xeto, maromba, xeto. A representação do índio nas religiões afro-brasileiras. In GRUPIONNE, Luis Donisete Benzi (org), *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- VELHO, Gilberto. Antropologia e Patrimônio Cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 20, 1984: 37-39.
- WEFFORT, Francisco. Mensagem do senhor Ministro de Estado da Cultura ao Conselho Consultivo do Iphan, em 2.12.1997. In: *Dossiê final da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura, 2003: 53.

Notas

- * Artigo elaborado a partir de trabalho final apresentado na disciplina Sincretismo Religioso, ministrada pela Prof. Dra. Marilu Márcia Campelo.
- 1 Geertz, 2001:199.
- 2 O registro de bens culturais de natureza imaterial foi instituído pelo Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. É o instrumento legal de reconhecimento e valorização desses bens culturais imateriais que passam a ser inscritos em um dos quatro livros: Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Formas de Expressão e Livro dos Lugares.
- 3 Choay, 2001:95-116; FONSECA, 2005: 51-65.
- 4 Fonseca, 2005:60.
- 5 Schwarcz, 1993:99-140; Skidmore, 1976; DaMatta, 1987.
- 6 Thomaz, 1992:205.
- 7 Skidmore, 1976:81.

- 8 Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- 9 Foi Alois Riegl em O culto moderno aos monumentos (1903) quem primeiro chamou atenção para o fato de que os monumentos históricos não são assim constituídos no passado, mas reconhecidos no presente a partir de valores que lhes são atribuídos.
- 10 Andrade, 1935.
- 11 Gonçalves, 1996: 41.
- 12 Motta, 2002: 127.
- 13 Iphan, 2000: 9-11.
- 14 Cf. Gonçalves, 1996:52. Embora um bem-sucedido designer, a política cultural defendida por Aloisio Magalhães é orientada por valores presentes nas modernas teorias antropológicas, com uma visão sistemática de cultura e sociedade
- 15 Bens culturais no sentido presente da vida cotidiana da população.
- 16 Gonçalves, 1996:51-57.
- 17 Fonseca, 2003: 83-93.
- 18 Falcão, Joaquim. A política cultural de Aloisio [Lucila, dá para confirmar o título? O Aloisio do AM não tem acento] Magalhães. In: Aloisio Magalhães – E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1985: 13-23.
- 19 Para mais informações sobre a elaboração do registro e a formulação do Decreto n. 3.551/2000, ver Ministério da Cultura, 2003.
- 20 Art. 216 da Constituição Federal (1988).
- 21 Alencar, 2005. A autora analisa o papel desempenhado pela cultura brasileira como estratégia de mudança no projeto desenvolvimentista de governo, por meio dos discursos e da performance do ministro da Cultura refletidos na aplicação do registro, no plano nacional, e do programa da Unesco Proclamação das obras primas do patrimônio oral e imaterial da humanidade, no plano internacional.
- 22 Id., ibid: Introdução.
- 23, Discurso aqui entendido como ‘narrativas nacionais’, cujo propósito é a construção de uma ‘memória’ e de uma ‘identidade’ nacionais. Ambas aqui entendidas no contexto em que são usadas por intelectuais nos processos de construção da ‘nação’. Cf. Gonçalves, 1986: 11.
- 24 Alencar, 2005.
- 25 Id., ibid: Introdução.
- 26 Cf. Gonçalves, 2002: 109-123.
- 27 Ferreti, 2003: 4.
- 28 Maués, 1995: 496-498 e 1999: 187-188. Apud Maués & Lima, 2005: 34.
- 29 Maués & Lima, 2005: 34.
- 30 Canevacci, 1996: 15.
- 31 Ferreti, 2003: 3-4.
- 32 Aqui estão resumidos os diversos conceitos abordados durante as aulas de Sincretismo Religioso, constantes das minhas anotações e absorvidos da bibliografia apresentada, das quais destaco Rodrigues, 1932; Ramos, 1979 e 1988; Herskovitz, 1969; Bastide, 1985; Canevacci, 1996; Montes, 1998; Gomes, 1999; Prandi, 1999; Teixeira, 1999; Vergolino, 1987; Campos, 1997, Ferreti, 2003.
- 33 Reinterpretação de formulação de Van Gennep (1978).
- 34 Massey, Doreen, 2000: 176-185.
- 35 Canevacci, 1996: 13.
- 36 Ferreti, 1996: 6.
- 37 Souza, 1996; Bastide, 1985; Montes, 1998.
- 38 Souza, 1996: 88.
- 39 Id., ibid: 88-93.
- 40 Segundo Maués, Henrique & Lima (no prelo) apud Henrique (1997), no Brasil o movimento de romanização da Igreja Católica foi praticado no período 1839-1889 pelo Movimento Brasileiro de Reforma Católica, destacando-se D. Macedo Costa, que foi bispo do Pará, entre seus expoentes nacionais. Com o advento da República, a Igreja promove a criação de associações religiosas diretamente vinculadas ao bispado.
- 41 Bastide, 1985: 164-170.
- 42 Montes, 1998: 104-105.

- 43 Souza, 1996: 97-98; Montes, 1998: 104-111; Rodrigues, 1932: 269-276; Bastide, 1985: 169-179.
- 44 Montes, 1998: 105.
- 45 Id., *ibid*: 110-111.
- 46 Ferreti, 1996: 9.
- 47 Bastide, 1985; Montes, 1998.
- 48 As informações desse item foram extraídas do Dossiê Círio de Nazaré, elaborado a partir dos dados levantados pelo Inventário do Círio dentro dos procedimentos técnicos de instrução do processo de registro.
- 49 Plácido José dos Santos é um personagem histórico controverso, de existência documentada. Filho do português Manuel Ayres de Souza e sobrinho de um dos primeiros capitães-mor do Grão-Pará, Ayres de Souza Chichorro, casou-se com Ana Maria Pinto da Gama, paraense. Moravam na estrada do Maranhão, hoje bairro de Nazaré. Segundo Círio de Nazaré, informações úteis e importantes. Belém, Diretoria da Festa de Nazaré, 2000.
- 50 Segundo ficha do Inventário Nacional de Bens Móveis e Imóveis/INBMI preenchida pelo Iphan, a imagem hoje tida como a original mede 38,5cm de altura.
- 51 Alencar, 2005.
- 52 Velho, 1984: 37-39.
- 53 Geertz, 2001: 191-228.
- 54 Hall, 2003.
- 55 Lima, 2005: 55-56.
- 56 Iphan, 2000.
- 57 Alencar (2005) faz algumas observações nesse sentido com relação à pesquisa do samba-de-roda, da qual participou como pesquisadora contratada.
- 58 Determina os procedimentos para instauração e instrução dos processos de registro dos bens culturais de natureza imaterial.
- 59 Iphan, 2004; Maués, Henrique & Lima, no prelo; Iphan, parecer conclusivo de Ana Cláudia Lima e Alves, gerente de Registro, 2004.
- 60 Hall, 2003: 67. Mundo globalizado em que se verificam “processos atuantes numa escala global, que atravessa fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência mais interconectado”.
- 61 Id., *ibid*.
- 62 Geertz, 2001.
- 63 Id., *ibid*.
- 64 Anderson, 1983, apud Hall, 2003; Geertz, 2001.
- 65 Geertz, 2001: 224-225.
- 66 Canevacci, 1996: 14.
- 67 Velho, 1984: 38.
- 68 Em 1984 os bens culturais imateriais não se enquadravam nos instrumentos legais de preservação e proteção do patrimônio cultural.

Museu do Círio: um espaço de memória

Marisa Mokarzel

Coordenadora de Pesquisa
do Sistema Integrado de Museus e
Memoriais do Pará, da Secretaria
Executiva de Cultura do Estado do
Pará. Professora do Curso de
Artes Visuais e Tecnologia da
Imagem da Universidade da
Amazônia – UNAMA.
Doutora em Sociologia

O Círio de Nazaré, manifestação religiosa que acontece no segundo domingo de outubro em Belém, Pará, encontra-se inserido em meio aos bens culturais de natureza imaterial e integra o Livro de Registro das Celebrações, sendo declarado e registrado como Patrimônio Cultural do Brasil.

Qualquer descrição dessa grande manifestação religiosa é insuficiente para abarcar toda a sua dimensão física e simbólica. Antes de o dia amanhecer os romeiros, os promesseiros, os turistas começam a chegar. Reúnem-se em um espaço histórico que marca a origem da cidade, e é ali, na Igreja da Sé, que tem lugar a solenidade da missa. Naquele complexo arquitetônico e histórico que abriga igrejas e museus, pode-se testemunhar o mar de cores formado pelas vestes dos fiéis, pelos ex-votos que pousam sobre suas cabeças, pelas girândolas dos brinquedos de miriti, pelas imagens da santa vendidas durante a manifestação de fé. Refrigerantes, água, doces e salgados misturam-se às ladainhas, atenuando a sede e a fome de quem madrugou para homenagear a padroeira da cidade.

Após a missa, quando surge a imagem de Nossa Senhora de Nazaré na berlinda, protegida pela corda, recebendo aplausos, sendo saudada com cânticos e rezas, começa a peregrinação. O Museu do Círio encontra-se no início dessa trajetória e faz parte do Núcleo Cultural Feliz Luisitânia, que inclui os prédios históricos integrantes do programa de revitalização proposto pelo governo do estado, por intermédio da Secretaria Executiva de Cultura. Situado no casario da rua Padre Champagnat, o Museu simbolicamente se solidariza com aqueles anônimos que dão início à romaria e são personagens da história da maior celebração religiosa do estado.

Os preparativos para a festa, na verdade, começam em agosto e se estendem por setembro, com as orações e peregrinações da santa por inúmeros lares da cidade, culminando com a trasladação, que acontece um dia antes do Círio, quando os fiéis, em procissão, conduzem a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, que se encontra guardada no Colégio Gentil Bittencourt, até a Igreja da Sé.

À romaria principal juntam-se outras, que acontecem em diferentes dias. Muitas utilizam meios de transporte diferenciados, como o rodoviário, o fluvial e o realizado por motoqueiros e ciclistas. Paralelamente, ocorrem outras manifestações de caráter não religioso: a Feira de Miriti, integrada pelos artesãos, a maioria vinda de Abaetetuba; as exposições que proliferam em galerias e museus, e culminam com o Salão Arte Pará; o Bloco da Pavulagem, que arrasta dançantes e brincantes,

preenchendo de alegria e cor as ruas da cidade. O humor e a ironia trazidos pelo Auto do Círio e Festa das Filhas da Chiquita sinalizam as homenagens prestadas pelo meio artístico e cênico de Belém. Enfim, presenciam-se manifestações de caráter popular e erudito que se misturam ao religioso, tornando plural uma festa singular.

Diante da grandiosidade e diversidade dessa louvação a Nossa Senhora de Nazaré, como constituir o Museu do Círio? Como estabelecer as diretrizes museológicas? Como desenvolver uma política de aquisição e organização de acervo? Que tratamento oferecer ao objeto deslocado de seu contexto original a que se atribui o valor de objeto museal? Como materializar um símbolo e transformá-lo em peça museográfica? Como organizar, sintetizar, tornar pública e comunicativa uma manifestação complexa e de ordem imaterial? Esses foram alguns pontos do questionamento que permeou as reflexões sobre a constituição do Museu e da exposição de longa duração a que, vez por outra, se acrescentam, temporariamente, outras peças referentes ao histórico do Círio.

Inaugurado em 09 de outubro de 1986, o Museu do Círio faz parte do Sistema Integrado de Museus e Memoriais – SIM, que, em forma sistêmica de gerenciamento, administra oito instituições museológicas do estado, de tipos diferentes. Tendo funcionado no subsolo da Basílica de Nazaré até 2002, quando se transferiu para sua sede atual, seu acervo é composto por 1.400 peças que contam a história do Círio e estão classificadas em: ex-votos; mantos; objetos de culto; estandartes; brinquedos populares; materiais bibliográficos e fotográficos.

Desde quando instalado na antiga sede já havia a preocupação em documentar e classificar os objetos museais, mas todo o processo de pesquisa e documentação ainda está sendo elaborado, e, portanto, muitas das perguntas levantadas continuam em aberto, norteando reflexões e estabelecendo diretrizes que permitam formular os procedimentos museológicos e museográficos. O Círio de Nazaré é o principal objeto de pesquisa e integra a memória da cidade. Considera-se ainda que, sendo “fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também à vida social”, cujos traços culturais pretende-se preservar e dessa maneira apoderar-se “de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo”.¹

Tem-se em mãos um fato cultural que ocorre todos os anos em um determinado período, mantendo sua essência de objeto religioso, mas deixando-se entremear por múltiplas manifestações que promovem a dinâmica de um dado histórico que não se cristaliza, ao contrário estimula movimentos e mudanças. Sendo assim, no caso específico do Círio de Nazaré, o ato museológico apropria-se de um tempo mutável que exige adaptações contínuas. A partir de dados constitutivos de uma cultura que se pauta por importante evento religioso, coletam-se as peças que irão reconstruir a memória dessa manifestação cultural.

Estas peças não pretendem e nem podem ter função igual à que lhes é atribuída durante o evento. Não estão inseridas naquele contexto, apesar de dele terem participado. Os ex-votos, por exemplo, já cumpriam o papel de pagamento de promessa, serviram de instrumento para agradecer ou pedir o milagre. No espaço museológico, encontra-se presente o objeto que simbolizou a graça obtida, mas sua função não é mais intermediar um pedido de cunho religioso, e, sim, produzir conhecimento sobre uma manifestação representativa da cultura paraense, para que ela possa ser preservada, comunicada e difundida.

Preservar é a função básica de um museu que também agrega as funções de coletar e estudar o acervo, assim como salvaguardar as coleções e promover a comunicação, por meio de exposições e ações educativas, tendo como objetivo socializar, com o público em geral, o conhecimento contido no objeto pertencente ao acervo. Cristina Bruno² considera que é necessário o desenvolvimento de mecanismos que levem em consideração a relação do homem com o patrimônio para que este seja transformado em herança, contribuindo para a construção das identidades, sejam individuais e/ou coletivas. A identidade cultural encontra-se interligada a uma consciência histórica, e a museologia preocupa-se em administrar a memória. Pode-se, assim, considerar que o objeto museal é suporte de informações, guardando também com ele indicadores de memória. A revelação e o tratamento dos sentidos e significados desses indicadores acompanham o processo museográfico.

Ao se expor um acervo pauta-se por conceitos que servem de eixo à curadoria para promover a seleção e organização das peças no espaço expositivo. Em relação ao Museu do Círio, tem-se como proposta uma mostra de longa duração, que pretende narrar, de forma sintética, a história do Círio de Nazaré. Trata-se, portanto, de uma exposição temática. Além dessa proposta museográfica, procura-se também divulgar a nova sede do Museu do Círio, enfatizando-a como espaço físico mais adequado às necessidades museológicas, uma vez que os compartimentos em que se encontrava alojado anteriormente, no subsolo da Basílica de Nazaré, prejudicavam o armazenamento das obras, as condições de trabalhos dos técnicos e o espaço expositivo.

Associada à nova localização busca-se, ainda, difundir uma filosofia museal diferenciada: ao mesmo tempo em que se procura aprimorar o inventário e os procedimentos de documentação, inicia-se uma política de aquisição ou doação de obras baseada mais nas questões museais do que no acúmulo indiscriminado de bens culturais. Considera-se que o museu não é depósito de todo e qualquer objeto que, de uma forma ou de outra, participa das comemorações do Círio. Interessam, como acervo, objetos representativos da manifestação religiosa e da cultura popular que signifiquem mudanças ou que possam suprir a parte faltante do acervo. Colocados estes princípios museológicos que nortearam a curadoria e propuseram o desenho expositivo, pode-se detalhar um pouco mais a organização da mostra e as relações entre as peças distribuídas no espaço.

Foram selecionadas obras de cunho religioso e da cultura popular, representativas da festa do Círio que estavam em bom estado ou que eram passíveis de restauração. Dividiu-se o espaço expositivo em duas salas: a primeira ficou reservada à trajetória da fé, narrando a história do Círio desde a concepção lendária, quando Plácido encontra pela primeira vez a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, até a contemporaneidade. Símbolos como a corda e o manto integram a exposição. A segunda sala contém elementos que compõem a procissão, como os ex-votos, brinquedos do carrossel que pertenciam ao parque de diversão do arraial, os brinquedos de miriti, além de uma miniatura da procissão realizada por Silvana Passos e imagens da culinária paraense, que fica em evidência por ocasião do Círio.

A ação educativa interliga-se à exposição, disponibilizando um conhecimento que contribui para a preservação de bens culturais difundido-os junto às escolas privadas e públicas, ao público em geral e aos portadores de necessidades especiais, com os quais desenvolve um processo específico de educação que visa atraí-los para o

espaço museográfico como local de difusão de cultura e produção de conhecimento.

Para as comemorações do Círio de 2005 acrescentaram-se às peças da exposição de longa duração painéis explicativos que agregam mais informações à mostra e fornecem maior mobilidade expositiva. Essa nova versão, realizada em parceria com IPHAN – 2º SR, recebeu o título de ‘O Círio: patrimônio imaterial da cultura brasileira’ e esclarece ao público, por meio dos textos afixados nos painéis, os conceitos e critérios que fizeram com que o Círio fosse incluído no Livro de Registro das Celebrações e declarado patrimônio cultural do Brasil.

O discurso expositivo segue a linha museológica adotada pelo Museu do Círio e encontra-se relacionado às políticas integradas de preservação de patrimônio, comprometendo-se com a difusão do conhecimento que visa à inclusão social e à socialização da informação.

Se as ações museológicas até o momento realizadas ainda não conseguem dar conta de todos os questionamentos decorrentes do processo reflexivo do qual o Museu se encontra imbuído, e se falta agregar às pesquisas procedimentos que agilizem a documentação e forneçam um retrato mais atualizado do Círio, é porque, como a maioria dos museus brasileiros, enfrenta-se uma situação financeira que dificulta a realização de projetos e a expansão das idéias.

Essas dificuldades, porém, não significam impedimento das ações propostas. Têm-se como meta a democratização da memória social. Ao se procurar preservar, registrar e difundir um bem considerado patrimônio cultural do Brasil, está-se propondo o museu como espaço de memória que relaciona passado, presente e futuro, em um processo dinâmico que admite mobilidades. No espaço expositivo agrupam-se objetos referentes a fatos culturais que ganham novo significado quando deslocados e percebidos distantes do contexto de origem. Esse distanciamento, no entanto não lhe retira o valor histórico nem o valor de memória coletiva transmitido em condições específicas, conforme as combinações museográficas. A intenção é que esses objetos possam proporcionar novos discursos e provocar tanto o prazer estético como o posicionamento crítico diante da realidade social, política e cultural que ora se apresenta.

Notas

- 1 Essa citação faz parte das reflexões sobre a memória realizadas por Jacques Le Goff, pertencentes ao livro *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003: 419.
- 2 Maria Cristina Oliveira Bruno é vice-diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE/USP, coordenadora do Curso de Especialização em Museologia do MAE/USP e presta consultoria ao Sistema Integrado de Museus e Memorais – SIM. O pensamento que norteia esse parágrafo está contido em seu artigo *Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar*. Em: *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 9, 1996. ULHT

A festa sagrada – vivendo as alegrias do Círio de Nazaré

Isidoro Alves

Doutor em Antropologia Social,
Professor de Antropologia e
pesquisador aposentado no
Ministério da Ciência e Tecnologia
onde desenvolveu atividades no
Museu Paraense Emílio Goeldi
(Belém) e Museu de Astronomia e
Ciências Afins (Rio de Janeiro).
É autor de “O Carnaval Devoto”,
um estudo sobre a Festa de
Nazaré, em Belém.

No ano de 1855 o Programa da Festa de Nossa Senhora de Nazareth do Desterro, publicado no jornal *Treze de Maio* de 27 de setembro de 1855, anunciava que no dia 13 de outubro “ao toque de Ave-Maria, os campanários de todas as Igrejas da Capital e o fogo artificial solto de diferentes lugares anunciarão aos fiéis (...) que estão na véspera do Círio de Nossa Senhora de Nazareth”, cuja imagem “estará exposta à veneração no Altar da Capela do Palácio do Governo onde se cantará uma Ladainha ao som de grande música vocal e instrumental”, após o que “as bandas de música existentes nesta Cidade (...) executarão cada uma por sua vez, peças de primorosa composição, saindo depois por diferentes direções a percorrer as ruas do trânsito do Círio até o Arraial de Nazareth”.

O mesmo programa anunciava como seria a saída do Círio da Capela do Palácio, “saudado pelo repique de sinos de diferentes igrejas e por grandes girândolas de estrepitoso fogo artificial e por uma salva de 21 tiros de canhão do Forte do Castelo”. E, em seguida, descreve o que será a quinzena de festejos no arraial (cf. Alves, 1980), onde não faltarão “uma companhia de jovens paraenses vestidos ricamente a caráter índio no Pavilhão de Flora, onde executarã diferentes composições recomendáveis na arte da dança” ou “um bem ensaiado grupo de oito anões” no mesmo Pavilhão de Flora que “desempenharão uma dança singular e bem divertida” e um “baile mascarado ao som de aparatosa música, expressamente para isso preparada” que se repetirá por mais uma noite no mesmo Pavilhão de Flora.

Quase 150 anos depois, em 2004, a Escola de Samba Unidos do Viradouro cantava e dançava no Sambódromo do Rio de Janeiro com a letra do samba que a Unidos de São Carlos (hoje Estácio de Sá) havia levado para a avenida em 1975: “no mês de outubro / em Belém do Pará / são dias de alegria e muita fé / começa com extensa romaria matinal / O Círio de Nazaré”. Nos dias atuais nas véspera e antevéspera da grande procissão, a música e a alegria invadem as ruas de Belém para, no auto do Círio ou na festa da Chiquita e nos inúmeros eventos que ocorrem na cidade, criar o clima favorável ao exercício de uma festiva devoção à Santa Padroeira dos paraenses – aqueles dias de alegria e muita fé.

Uma das características da festa de Nazaré é a ampla e progressiva diversidade de manifestações que vão do mais fervoroso ato devocional à mais festiva das ações. O universo social paraense e aqueles que dela participam vivem em seu tempo da festa (cf. Alves, 2005) a alegria de mostrar a sua identidade e a sua adesão aos valores de

uma religiosidade popular que passa por princípios culturais consolidados ao longo de sua história e da sua festa. Não se podem separar situações ditas “sagradas” e/ou “profanas”. Essas duas dimensões integram e integram-se no contexto desse grande rito popular e coletivo que é a festa de Nazaré, cujo momento maior é sua magnífica procissão, o círio em louvor à padroeira, festejada como a “rainha da Amazônia”.

As descrições, feitas há 150 anos, mostram muito bem esses aspectos intrinsecamente relacionados à grande festa. Ao longo de sua história, as mudanças, na verdade, ampliaram as diferentes manifestações para todo o espaço da cidade de Belém. As festas, os shows, o clima de feira (como no primeiro arraial) parecem transbordar para além dos limites ritualmente consagrados do antigo Largo de Nazaré. É toda a cidade que parece se transformar num grande arraial.

O próprio Círio como que se desdobra: a importância da procissão de trasladação, na véspera, o Círio fluvial na manhã do sábado, as diferentes procissões e peregrinações durante a quinzena, o tempo de preparação, etc. O que, de certa maneira, muitas vezes estava implícito se torna mais presente nos dias atuais. Nas últimas décadas, aos festejos do Círio foram acrescentados, por exemplo, uma representação teatral, o Auto do Círio, que percorre as ruas da Cidade Velha numa representação carnalizadora, com muita música e dança, que se faz num desfile dramatizado, realizado na antevéspera da grande procissão; o arrastão do pavulagem, também com música e dança. Uma dança de anões, certamente não seria de bom tom nos tempos atuais “politicamente corretos”, mas o desfile do auto, do pavulagem e a festa gay dos adeptos e simpatizantes da “chiquita” acentuam o clima carnalizador e carnalizado (para o tema, cf. Bakhtin, 1987) que habitualmente é alocado no lado “profano” da festa. Como já descrevi e analisei, o Círio de Nazaré é aquilo mesmo que um personagem de Dalcídio Jurandir (1960) imaginava como uma espécie de “carneval devoto” e que estabeleci como expressões verdadeiramente conceituais para definir a festa (Alves, 1980).

A partir da Festa do Círio de Nazaré – expressão hoje consagrada – pode-se fazer uma leitura do mundo social e cultural, de modos particulares de vida e existência, valores sociais e sentimentos dos paraenses e, de certa forma, do mundo social amazônico, pois reúne alguns dos aspectos básicos do sistema ritual brasileiro (cf. DaMatta, 1979): é um evento religioso que festeja a santa padroeira, relacionando-se ao sagrado, às comemorações da ordem e da hierarquia sacralizada e, para além disso, permite uma intensa gama de informalidade festiva, de confraternização, solidariedade e regras igualitárias de convivência.

A partir do segundo domingo de outubro, todos os anos – desde que foi oficializado em 1793 –, realiza-se a Festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que já defini como um complexo ritual e que envolve várias procissões, o arraial e o almoço do Círio. Em torno desse eixo ritual prático, elaborei minha análise da festa e do círio, considerando todos os aspectos envolvidos, tudo o que ocorre na quinzena de festejos e nos dias anteriores, como eventos que a partir de um certo momento passam a fazer parte da própria festa. Aliás, outras manifestações, não necessariamente religiosas, como abertura de exposições, shows, apresentações teatrais e musicais, no período do Círio, são identificados com o clima de realizações da festa.

O Círio de Nazaré em Belém é muito mais que uma simples procissão devocional, pois permite perceber um conjunto de manifestações em sua própria

performance, incluindo o encontro informal, a música, o despojamento (do ir descalço), o pagamento de promessas e a proximidade com o sagrado rompendo os limites da mediação normalmente assegurados, no cotidiano das práticas religiosas, à autoridade religiosa. Além do mais, ele é o ponto de referência para um ciclo de círios que ocorre por todo o interior do Estado do Pará, onde são festejados os santos padroeiros. O modelo é o mesmo: procissão, novenário e festa, possibilitando o que já identifiquei como um sistema de intercâmbio de pessoas, interesses e manifestações simbólicas, cuja característica essencial é um sentimento enraizado e percebido de complementaridade e reciprocidade nas relações sociais (cf. Alves, 1993).

Para um observador de fora, sempre o que chama a atenção é o excesso, seja de gente, de barulho e sons, de gestos, que vai ao limite do que alguém pode agüentar e algumas das promessas, como o ir na corda. Comove o sacrifício, simultaneamente devoto e alegre, bem como o sentimento de solidariedade, de hospitalidade. Não é sem razão que se afirma popularmente que o Círio de Nossa Senhora de Nazaré “é o Natal dos paraenses”, observação que vem sempre acompanhada da expressão “um bom ou feliz Círio” quando as pessoas se encontram e se despedem. O cumprimento ritual faz sentido, pois o Círio é um ponto nodal – início/fim – no calendário simbólico dos paraenses, atualizando a passagem de um ciclo a outro, em um tempo particular, cíclico e que segue de forma paralela o calendário de um tempo continuado vivido no cotidiano. O tempo da festa (cf. Alves, 2005 e 1993) é aquela espécie de parada cósmica, na qual a sociedade e os indivíduos se vêem, restabelecem compromissos recíprocos de solidariedade e fazem a passagem para um outro tempo, que se inicia ao término da festa e termina no próximo Círio.

Esse tempo da festa já o descrevi como “um tempo aberto e que se abre a todas as possibilidades de manifestação e onde as diferenças se neutralizam. Ao calendário de um tempo cronológico convencional organizam-se simultaneamente outros mais profundos de vida e das relações sociais em curso” (Alves, 2005: 323). Relacionado ao sistema de festas de santos padroeiros, essa temporalidade cíclica permite um intercurso sistemático entre as populações interioranas, entre si e com a capital. As festas de santos estão profundamente enraizadas na vida religiosa cabocla (cf. Galvão, 1955), incorporando os significados culturais próprios do mundo amazônico. Embora sendo festas religiosas católicas de origem portuguesa, esse componente nativo de reelaboração dos significados e esquemas culturais é uma constante.

O Círio de Nazaré atualiza o mito que funda a devoção no século 18. Os componentes regionais estão ali contidos ainda que o achado também tenha algumas características comuns a outros achados ou milagres de aparecimento da Virgem. Conta a lenda que um caboclo, chamado Plácido, encontrou no meio do mato a imagem da santa, que logo se tornou objeto de veneração e em torno da qual surgiram os milagres. A criação do Círio, como uma grande procissão que liga hoje a Igreja da Catedral da Sé à Basílica de Nazaré, resulta de um desses milagres: levada para a capela do palácio do governo, num dia, a imagem da santa, sem que ninguém soubesse como, reapareceu no outro dia em seu nicho original, na capela erguida no lugar do achado, transformada, seguidamente, até a atual basílica. A partir de então, a procissão de trasladação, no sábado, e o Círio, no domingo, refazem esse percurso de ida e vinda, pois a Catedral fica próxima ao Palácio Lauro Sodré, atual Museu do Estado.

É uma festa dos desprovidos de poder, que a fazem no mesmo plano com aqueles que o detêm: a história do mestiço Plácido que a encontrou; as homenagens que a santa recebe em sua caminhada que tanto pode ser de trabalhadores do porto (arrumadores, estivadores, barqueiros) como das autoridades em seus lugares privilegiados; dos que seguram a corda, que não se diferenciam pela posição social, mas identificam-se pelo sacrifício da promessa e o despojamento do estar descalço.

O primeiro Círio, em 1793, é um misto de desfile militar, religioso e de personalidades (tal como o descreve Vianna, 1904) acompanhado por uma massa de devotos, que serve de contraponto a esse núcleo organizado. A configuração da procissão se manteve por centenas de anos, pois se, de um lado, ali se celebra a ordem e o sagrado, por outro lado, também o desregramento é um componente essencial. Desde que, em meados do século 19, foi instituída a corda, a partir de um acontecimento inesperado – a berlinda que conduzia a santa caiu em um atoleiro e foi necessário ser puxada com cordas –, este segmento do Círio passou a ser o que defini como intermediário na ligação dos fiéis com o sagrado: a santa em sua berlinda sendo puxada, conduzida, num gesto forte de sacrifício até sua igreja. Simbolicamente pode ser lida como o momento liminar entre o sagrado, cuja proximidade sempre é perigosa, e a massa indefinida que segue a santa. O estado de liminaridade (cf. Turner, 1974) permite as mais diferentes manifestações do sacrifício, mas também de alegria e desregramento. A festa focaliza a devoção, mas esta se apresenta como uma possibilidade para a informalidade e o rompimento de regras e valores hierarquizados.

A idéia de que convivem num mesmo espaço/tempo ritual, tanto o mais fervoroso ato devocional como a mais desregrada manifestação da informalidade, situa a relação ordem/desordem num processo de neutralização e não de simples inversão, como no carnaval. Em razão disso, o Círio não é senão o momento extraordinário em que uma sociedade se reúne para contar a si mesmo uma mesma história, dramatizando-a por meio de atos que revelam suas várias dimensões. O símbolo maior é a santa padroeira, que condensa todas as demandas que cada um e todos a ela dirigem; mas essas demandas são realizações práticas (ou na prática ritual) de disposições inscritas no plano social e cultural. O pagador de promessa realiza um gesto simples e direto de cumprimento de uma reciprocidade, resultado de um contrato feito no plano valorativo das relações entre o indivíduo e o sagrado. Esse gesto, contudo, está relacionado com um valor básico que atravessa o sistema cultural nas sociedades amazônicas (cf. Alves, 1993), que por sua vez aparece no amplo intercâmbio ritual que emerge no sistema de festas e comemorações.

Esse tempo extraordinário da festa é também particularmente propício à comensalidade e às celebrações do grupo familiar e comunitário. A idéia de uma *communitas* (cf. Turner, op. cit.) se faz presente tanto na aparente confusão da população em seu desfile devocional como na continuação do ritual quando ele se recolhe ao ambiente familiar. A festa efusiva e exagerada na rua desloca-se para a casa (para usar essas duas dimensões da cosmologia social de DaMatta, 1987) onde os comensais – familiares e convidados – reúnem-se no almoço do Círio, em que são degustados os pratos típicos da cozinha paraense (como o pato no tucupi e a maniçoba).

Ao reafirmar as origens da devoção, ao pôr em destaque os princípios da reciprocidade, ao reafirmar a sua música, os seus ritmos, a sua hospitalidade e a

sua comida típica; ao indicar como suas as qualidades da festa que realizam, os paraenses atualizam sua própria identidade. Participam de valores comuns e o fazem contando uma história e dramatizando situações, em um contexto ritual e nesse tempo extraordinário, em que se misturam a fé devocional, a alegria da festa e o sentimento de pertencimento.

Os códigos centrados na afirmação de padrões culturais e sociais e nos laços de solidariedade entre os homens numa, assim percebida, comunidade ideal revelam-se em todos os planos da realização da festa. Nesse sentido a Virgem de Nazaré torna-se mais “familiar” (no sentido de mais próxima), pois ela desce dos altares para receber diretamente as homenagens, já não hierarquicamente mediadas – como se, acentuam muitos devotos, ela estivesse presente no baile, na festa de rua, no desfile carnavalesco, olhando, rindo e participando, sem que se percam as dimensões do sagrado: numa das representações do auto do Círio, por exemplo, a santa subia para além do público ao som de um animado samba-enredo no final do espetáculo francamente carnavalesco. Durante a grande procissão são várias as bandas que tradicionalmente ditam o ritmo do acompanhamento. Com os louvores sendo cantados e dançados como numa grande festa coletiva e no ritmo marchado próprio: riso e choro são concomitantes. É nesse ritmo que a berlinda com a santa e seu entorno imediato fazem o percurso, como se fosse um grande navio (ou, quem sabe, a cobra-grande dos mitos amazônicos), arrastando multidões no pleno gozo de seus sentimentos.

O culto à Virgem de Nazaré, com sua magnífica procissão que levou às ruas de Belém neste ano de 2005, quem sabe, perto de dois milhões de pessoas, o almoço do Círio e os festejos, parece colocar em evidência os sentimentos que remetem a um senso de identidade, compartilhado pelos paraenses: “o grande banquete simbólico é uma celebração em que ‘contamos para nós mesmos’ uma história que é repetida, enfatizada, ainda que, em cada uma de suas manifestações a cada ano, se identifique alguma coisa a mais ou diferente” (Alves, 2005: 328).

Na variedade das manifestações expressa-se uma diversidade cultural que tem dimensões comuns e que são compartilhadas. Consolidam-se com a celebração do Círio de Nazaré valores de uma cosmologia tradicionalmente configurada. Assim a conjugação de diferentes disposições, sejam aquelas referentes ao controle eclesial, sejam as da manifestação livre e comunitária, parece apontar para um clima de conciliação no qual a santa padroeira é o símbolo aglutinador. Na performance ritual há uma conexão de domínios (alto/baixo; sagrado/profano; dentro/fora; festivo/devocional, os que possuem/despossuídos; o extremo sacrifício/a festiva descontração) que sintetizei na expressão “carnaval devoto” (Alves, 1980) para com ela descrever, de um lado, as ações absolutamente informais, mas que não podem chegar a uma inversão total, como no caso do carnaval brasileiro, e, de outro, a devoção configurada nos atos e comportamentos formais com regras bem definidas de acesso ao sagrado e o respeito expresso na contrição devida à santa padroeira, aquela para a qual todas as atenções convergem.

A Festa do Círio de Nazaré dramatiza essas situações nos atos devocionais acompanhados de uma rara alegria de viver um momento especial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Isidoro. *O carnaval devoto: um estudo sobre a Festa de Nazaré, em Belém*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *Promessa é dívida: valor, tempo e intercâmbio ritual em sistemas tradicionais na Amazônia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

_____. A festiva devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré. *Estudos Avançados*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 19, n. 54, maio/ago. 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 1987.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

_____. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo: Nacional, 1955. (Brasília).

JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão Pará: (romance)*. São Paulo: Martins, 1960.

TURNER, Victor. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

VIANNA, Arthur. Festas populares do Pará. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1904. v. 1: A Festa de Nazareth.

Transcrição da palestra proferida no seminário

Irsef Ivan Araújo

Procurador federal, atualmente ocupando o cargo de assessor de juiz no TRT/PA, exercendo na Diretoria do Círio 2005 o cargo de diretor-secretário.

Como diretor da festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, eu vim falar como toda essa festa acontece. O primeiro círio foi em 1793, e há um registro histórico que diz que ele já aconteceu com 10 mil pessoas e com 1.500 soldados vestidos com roupa de gala. Naquele tempo, 10 mil pessoas, imagina, no Brasil colônia ainda, na província, 10 mil pessoas devia ser uma multidão! Ano passado a estimativa foi em torno de um milhão e 800 mil pessoas; este ano nós ultrapassamos a barreira de dois milhões de pessoas. Só a cidade de Belém tem uma população de um milhão e 300, segundo o IBGE. De onde vem esse povo todo? Vem do Brasil todo, vem do Pará todo, e não é uma festa só do belemense, do nativo de Belém, já é uma festa do Pará, uma festa do Brasil, e o Iphan, na verdade, fez apenas reconhecer isso ao registrar o Círio de Nazaré como patrimônio do povo brasileiro.

Há uma diretoria encarregada da organização dessa festa. É uma diretoria que se renova de acordo com um regimento interno que estabelece todas as atribuições de todos os seus membros. E como essa diretoria é composta? Em primeiro lugar, ela tem um presidente, e o presidente sempre é um padre. Ele tem sob seu comando os leigos. Nós somos 25 leigos trabalhando, 25 diretores. Contamos com o auxílio das nossas esposas, então a diretoria como um todo é composta de 50 pessoas: os 25 diretores e as 25 esposas que trabalham durante todo o ano nessa festividade. Tem o diretor coordenador, que é aquele que realmente comanda e coordena tudo. Tem o diretor de patrimônio, encarregado de todo o acervo patrimonial envolvido na festa, o diretor secretário, que sou eu, e que funciona como uma espécie de secretário-geral dos trabalhos. Aí vem a diretoria de sonorização, encarregada do nosso sistema de som, porque ao longo da trasladação do Círio existe toda uma animação sonora. Existe uma concha acústica na Praça Santuário, é uma espécie de um grande palco onde acontecem grandes shows. Tem o diretor de animação, que tem essa preocupação, de cuidar dessa parte. Tem a diretoria de procissões, que cuida de todas as procissões envolvidas no Círio. Tem o diretor de iluminação, o diretor de arraial, que cuida do arraial. Tem o diretor de ornamentação, que cuida da ornamentação da festa, e assim vai.

A cada mudança de diretor coordenador, a diretoria sofre uma renovação, uma substituição de um terço de seus membros. A festa do Círio para nós, diretores, é, antes e acima de tudo, um grande momento de evangelização, é uma festa religiosa

diversificada, que vai do popular, passando pelo sacro. Enfim, é uma festa de múltipla participação, mas o viés central, seguramente, é o religioso, é a devoção à Nossa Senhora de Nazaré. Essa devoção, que já vem de longa data, teve início em Portugal, na Idade Média, e com os portugueses chegou ao Brasil e começou aqui no Pará, na cidade de Vigia, que fica a mais ou menos uns 90 quilômetros de Belém.

O Círio acontece no segundo domingo de outubro, mas antes e depois disso acontecem muitos eventos. Então eu digo que o Círio, na realidade, começa efetivamente no mês de agosto. Aí começa verdadeiramente a preparação do Círio, com a Missa do Mandato. A Missa do Mandato dá início às peregrinações com a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, a imagem peregrina é essa que vai em todas as procissões. Essas ditas covers, como diz o Elói (Iglesias, organizador da Festa das Filhas da Chiquita), são pequenas imagens que são distribuídas. Este ano foram distribuídas seis mil imagens em toda Belém, e essas imagens peregrinam nas casas. São 15 encontros, cada encontro acontece numa casa. Por exemplo: acontece na minha casa o primeiro encontro. Depois que termina a oração, as pessoas saem daquela casa e vão em procissão pelas ruas de Belém. Aí a santa imagem vai para outra casa, para acontecer o segundo encontro, e assim em diante. Por isso que chama peregrinação da imagem de Nossa Senhora. Nesses encontros se faz realmente o trabalho de evangelização. Este ano nós tivemos como tema do Círio 'Com Maria, em Belém, queremos ver Jesus'. Esse foi o tema escolhido em sintonia com a CNBB. Então, em todos os 15 encontros trabalharmos essa questão de evangelização a partir dessa passagem de queremos ver Jesus. Existe o livro das peregrinações. E antes que aconteça o Círio, nós também nos reunimos em 48 horas adoração ao Santíssimo Sacramento. A nossa atitude em relação à imagem é de devoção, nós temos devoção à imagem de Nossa Senhora de Nazaré. Em nenhum momento se faz uma atitude de adoração, porque só se pode adorar Deus Pai. Na verdade, a nossa atitude em relação à imagem é de veneração e não de adoração. Para os cristãos católicos a eucaristia é o próprio momento de adoração, então essas 48 horas são justamente para quê? Para que na nossa festividade nada aconteça, tudo saia da melhor forma. Nós temos 212 anos de Círio, não há registro de tragédia. Você imagina colocar na rua um milhão e 800 mil pessoas, como foi ano passado, ou dois milhões de pessoas, e sem registro de tragédia... isso é proteção de Deus, é proteção da mãe, é proteção de Nossa Senhora – é a única forma de explicar tudo isso. Festas acontecem paralelas e procissões várias. O Círio é apenas uma das romarias e a principal, mas, na verdade, a procissão do Círio começa na sexta-feira, quando nós levamos a imagem de Nossa Senhora de Nazaré de Belém para Ananindeua; então a gente chama de traslado. Esse traslado para Ananindeua já é uma grande manifestação, já é um barulho ensurdecedor na cidade; aí você começa a sentir verdadeiramente que o Círio chegou. A cidade pára, tem um grande cortejo que sai meio-dia da Basílica e chega a Ananindeua por volta de oito horas da noite. O cortejo vai parando nas paróquias no caminho e às vezes até acontece de chegar lá meia-noite.

No sábado, às cinco ou seis horas da manhã está terminada a missa em Ananindeua. A imagem fica em Ananindeua, a comunidade fica em vigília durante a noite para, de manhã, acontecer o Círio rodoviário, que vai de Ananindeua para Belém. É impressionante a quantidade de pessoas caminhando e acompanhando, bicicletas. É um privilégio acompanhar esse Círio, e impressionante ver o rosto das pessoas.

Depois do Círio rodoviário tem o círio fluvial. São vários barcos, várias embarcações de diversos tamanhos, de pequeno porte, jet ski, a baía do Guajará vira uma festa só. Esse Círio fluvial chega a Belém por volta de meio-dia. Quando a imagem chega ao porto, ela recebe as honras de chefe de Estado. É interessante ver, porque o governo estadual aprovou uma lei que concede a Nossa Senhora as honras de chefe de Estado, então, quando ela chega, existe toda uma cerimônia como se estivesse chegando um chefe de Estado mesmo.

É importante como as três forças trabalham intensamente no Círio: Marinha, Aeronáutica e Exército. A Marinha, nesse momento, praticamente assume toda a responsabilidade da segurança, é com ela que vem a imagem de Nossa Senhora. É um momento muito bonito, que realmente emociona demais. E aquela área de Belém fica entupida de pessoas querendo ver o momento da chegada do Círio fluvial. Então, de lá vai sair outro círio, reparem a quantidade de círios; vai sair o círio dos motoqueiros, e aí são milhares de motocicletas que assumem aquele momento, de todos os calibres, de 1.200 cilindradas à 'cinqüentinha'. É uma procissão gigantesca que vai até o Colégio Gentil, onde a imagem vai ficar para, no sábado, acontecer a transladação. A transladação tem sua missa, que começa às cinco da tarde. Depois da missa, a procissão efetivamente começa às seis horas. Essa transladação é levar a imagem para seu lugar de origem. É uma procissão muito bonita, que conta com uma quantidade impressionante de pessoas. É a procissão mais bonita. E o mais interessante é ver que é uma procissão que tem um rosto juvenil: é impressionante a quantidade de jovens, moças e rapazes, que fazem a transladação. A corda é juvenil, os jovens vão agradecer por passar no vestibular ou por outro motivo, cada um tem a sua devoção. E assim vai a transladação até a Igreja da Sé. Este ano chegou cedo, por volta de 23 horas estava chegando na Sé com a imagem de Nossa Senhora para, na manhã seguinte, às cinco e meia de domingo, acontecer a missa e, em seguida, sair a procissão do Círio. Então, a diretoria do Círio de Nossa Senhora de Nazaré tem justamente essa responsabilidade, fazer com que tudo isso aconteça, e que todas essas pessoas que vão à rua homenageiem Nossa Senhora Nazaré, façam a transladação com segurança e voltem. A nossa preocupação intensa é com a segurança das pessoas, e nós da diretoria passamos o ano todo rezando. Porque o Círio, mal comparado ou, vamos dizer melhor, guardadas todas as proporções, é mais ou menos igual ao carnaval do Rio de Janeiro. O carnaval do Rio de Janeiro, quando termina o desfile, já está se pensando no carnaval do ano seguinte. Não é assim que acontece? Então, lá, o Círio não pára. O Círio encerrou agora, mas nós já estamos com a cabeça no Círio de 2006, não tem como ser diferente, é muita coisa a pensar, é muita providência a tomar.

Ano passado nós fizemos a experiência de mudar o formato da corda, porque essa corda do Círio é uma corda de 400 metros. Ela é colocada de um lado da berlinda, se estica, dá uma volta lá fora e fecha do outro lado. Antigamente ela era tracionada pelas pessoas, hoje é uma estrutura de ferro, que a gente chama de núcleo da cabeça. A corda é um verdadeiro arrastão pelas ruas de Belém, que em alguns momentos são largas, e em outros, estreitas. Então a corda funcionava assim, praticamente levando as pessoas, e a dificuldade de movimentação é imensa. Para dar mais mobilidade à procissão, para que ela chegasse ao fim, na Praça Santuário, numa hora razoável, nós tivemos a idéia de usar a corda em forma linear. Os 400 metros de corda foram esticados, e ela tem, a cada 50 metros, uma estação. No ano passado nós apanhamos,

porque o Círio levou muito tempo nas estações intermediárias. Para este ano nós chamamos especialistas da Universidade Federal do Pará para repensar a questão das estações. Foram feitos testes de resistência nas peças de metal, conseguimos fazer um sistema para dar força interna nas estações, aumentamos o núcleo da cabeça e o núcleo da berlinda, que é outra peça de metal. Isso, graças a Deus, funcionou. Aí o Círio foi rotulado como o círio mais rápido em 12 anos. Nós tínhamos necessidade de modificar para que o Círio chegasse a tempo para acontecer o tradicional almoço, o famoso almoço do círio.

Esse é o momento de confraternização. A Mãezinha do Céu é tão boa para nós, que ela nos favorece esse momento de confraternização e encontro. As pessoas que moram fora do estado, as pessoas que vão ver o Círio, muitos parentes que estão há muito tempo fora da terra têm aí um momento de confraternizar. Tem o momento em que a família senta para ceiar, é muito bonito. Pois um ícone forte do cristianismo que a gente vê é a Santa Ceia. Então a ceia tem que ser vista também nessa perspectiva, um momento que a família senta em torno da mesa para festejar. O almoço do círio tem essa conotação, é como a ceia de natal. Por isso o Círio de Nazaré é chamado de natal dos paraenses, justamente por causa de toda essa festividade da ceia que se prepara no momento da chegada da procissão. Então é uma preocupação muito grande da diretoria fazer com que a procissão chegue a tempo sem nenhum problema, sem acidentes, sem nenhuma tragédia, e que o almoço do Círio aconteça. É para isso que nós mais rezamos. E eu digo rezamos porque, realmente, nós rezamos durante todo o ano.

Nós não somos, como às vezes nos chamam, “os donos da Santa, os donos da festa”. As pessoas às vezes são injustas conosco. Talvez, no passado, a diretoria tenha passado um pouco essa imagem de ser a dona da festa, mas, hoje em dia, nós temos uma visão completamente diferente, e a comunidade já começa a mudar de visão em relação aos chamados organizadores, ‘os donos da Santa’. Na verdade, a nossa preocupação realmente é dar segurança para que a festa aconteça da melhor forma. E nós temos todo um trabalho, nós temos despesas muito grandes, e até o Círio de 2002, tínhamos uma ajuda muito forte do governo do estado e da Prefeitura Municipal de Belém. Em 2003 foi preciso buscar o patrocínio de empresas que, num certo sentido, já vinham trabalhando na questão do Círio, utilizando imagens, e nós buscamos parceria com essas empresas, chamadas patrocinadores oficiais do Círio. A receptividade foi maravilhosa, por isso nós instituímos o projeto patrocinador oficial do Círio. E caiu para nós, digamos assim, de uma surpresa muito grande, a acolhida que nós tivemos de várias empresas de grande porte, como Vale do Rio Doce, Bradesco, Unimed, Telemar. Eles realmente aceitaram o desafio de patrocinar o Círio, e hoje eles são também os nossos patrocinadores. Desde o ano passado, nós iniciamos o trabalho de produzir um CD, Canções para o Círio, com músicas religiosas cantadas pelos cantores da terra para ajudar as comunidades nas peregrinações. E também fazemos o cartaz do Círio, que é o convite da abertura oficial do Círio. Este ano foi feito algo em torno de 700 mil cartazes, e olha que é uma procura intensa por cartazes. Essa abertura oficial é feita na quinta-feira que antecede o Círio, com a presença do governador e do prefeito. Nesse momento é feita a inauguração da iluminação da Basílica, que, a partir deste ano será permanente, feita por uma especialista em iluminação, com o apoio da Vale do Rio Doce.

Nós fizemos também uma publicação, "O Círio de Nazaré em Belém do Pará", para divulgar para a comunidade em geral e dar uma idéia da festa do círio. Aqui tem todas as romarias, o histórico de todas as romarias, quando começou, etc. É realmente uma publicação muito bonita, também distribuída a quem se interessar, principalmente para estudantes que fazem seus trabalhos de colégio.

Enfim, a festa de Nossa Senhora de Nazaré realmente procura evangelizar, e o nosso dever, da diretoria do Círio, o nosso compromisso é este: fazer um momento forte de evangelização, levar as pessoas a refletirem sobre aquilo que Nossa Senhora traz no braço. Quer dizer, a gente fala muito de Nossa Senhora de Nazaré, e Jesus, nessa história, onde está? Nos braços de Maria, porque Maria representa seu filho, Jesus. Então Maria é colocada como aquela que nos aponta, ela não é a meta, ela é aquela a nos indicar Jesus. Então esta é a visão que a gente tem da festa de Nossa Senhora de Nazaré: um momento fortíssimo de evangelizar.

Transcrição da palestra proferida no seminário

Elói Iglesias

Cantor, compositor, ator, performer e artista popular, promotor da tradicional Festa da Chiquita, realizada na véspera do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, que atinge público estimado em 20.000 pessoas e está registrada pelo Iphan entre as festas profanas que rodeiam o Círio de Nazaré, recentemente tombado como patrimônio cultural brasileiro.

Eu faço parte de uma diretoria que, na verdade, não deixa de ser uma crítica à diretoria da Festa. A Festa das Filhas da Chiquita é uma festa da década de 70, da época da ditadura militar, quando o movimento gay estava começando a surgir, era novidade no mundo. Nós fizemos um bloco de carnaval, era um bloco que o Caetano Veloso cantava uma música sobre a liberação do feminismo. A gente pegava isso e cantava só essa música no bloco. Nesse ano a gente fez a primeira festa de Santo Antônio, na verdade, Santo Antônio casamenteiro. O slogan da festa era 'Santo Antônio, casamenteiro o ano todo', mas na verdade era 'Santo Antônio casamenteiro, no ânus tudo', que era aquela contradição para mesclar um pouco com isso. E a gente continuou; resolvemos brincar no Círio com isso, porque a gente era contra a diretoria da festa. Na época as pessoas ficaram um pouco temerosas, porque a diretoria da festa toma conta da cidade, porque ela organiza o Círio. Então, as pessoas revolucionárias, nós resolvemos fazer a nossa diretoria. Fizemos a diretoria e resolvemos eleger o veado de ouro, então, desde a primeira festa, nós damos o prêmio do Veado de Ouro. Na verdade, a Festa das Filhas da Chiquita é uma festa gay que é aberta a todos. Hoje já virou uma festa mix, tem carimbó, tem a música eletrônica, todas as tendências; falam que é um circo cultural. A gente diz que o arraial está lá, até porque hoje a parte do arraial está mais para parque de diversões; a parte cultural lá que é antiga. Eu falo de uma época que eu vivi, da década de 1950 para cá. A gente via as companhias, as vedetes, os travestis... vinham todos para dentro de um cinema moderno com características art déco. Ali aconteciam os espetáculos de música e das companhias que vinham de São Paulo e do Rio, principalmente, como a de Carlos Machado. Nós tínhamos a Mara Rúbia, que era a nossa grande vedete na época – uma grande atriz paraense; hoje temos a Dira Paes que na verdade é uma presença marcante na ocasião do Círio, já ganhou prêmio Rainha do Círio.

A gente dá o prêmio Rainha do Círio nem que seja para alguma prostituta que esteja envolvida com a coisa cultural, porque o Bar do Parque é um nicho cultural de Belém; é onde se encontra toda a escória da elite de Belém. Ali tem intelectuais, tem prostitutas, tem ladrão, tem polícia, toda a nata que é da escória está ali. E é onde acontecem todos os movimentos revolucionários da cidade; tanto é que na década de 1970 nós fomos proibidos de fazer a festa; já era fim da ditadura, e nós fomos proibidos porque lá, realmente, é onde as pessoas se organizam; as pessoas

revolucionárias se organizam a partir dali. A Festa das Filhas da Chiquita é uma festa revolucionária, mas não é partidária.

Este ano surgiu a idéia que não ia haver a festa, algumas fantasias da diretoria da festa. Mas todo ano a gente faz a festa; a Diretoria da Festa nem sabe que a gente existe. Inclusive, num filme do Ronaldo Passarinho, pergunta-se a um padre sobre a festa, ele fala: “nunca ouvi falar dessa festa”. Para nós é ótimo, porque nós deixamos passar a procissão. Quando a santa passa, quando o último carro, que é o carro dos bombeiros, passa, então é que começa a festa e se abre a temporada de caça.

A Festa das Filhas da Chiquita é uma manifestação um pouco diferente do auto do Círio, que, na verdade, é a nossa transveadação. Tem a trasladação, nós fazemos a transveadação. Nós levamos um veado de ouro da Praça do Carmo até a Praça da República, numa procissão enlouquecida. Antigamente umas bichas maravilhosas levavam um veado de louça. A tradição era o veado, no final da festa, estar quebrado, nunca a pessoa conseguia ficar com o veado até o fim, e a festa era no chão, porque na época não tinha o tabuleiro. Na época era feita no chão, nós contratávamos o som, tinha a diretoria e o grupo de carimbó. Nós descobrimos um grupo de carimbó muito antigo, chamado Borboletas do Mar, tinha tudo a ver com a festa; e o primeiro veado de ouro se chamava Ourica Butterfly. Borboletas do Mar que, na verdade, são velhinhos, eles ficam enlouquecidos, porque é uma quantidade de bicha... Igual a cogumelo é bicha; morre uma, nascem mil. No palco da festa o trânsito é aberto para homossexuais, negros, prostitutas, pessoas que vão fazer alguma onda, que vão cantar, que vão dançar, que vão fazer qualquer coisa. Eu, geralmente, sou uma pessoa que mando os torpedinhos, geralmente para falar das pessoas que estão ao lado do palco e para controlar. Em Belém eu sou uma pessoa bem conhecida, sou cantor, compositor, performer, tomo banho de açaí, luto com caranguejo, faço algumas coisas assim, sou bem conhecido em Belém. E tem uma música minha, “Pecado de Adão”, que é um hino de Belém. Então as pessoas me tratam meio como parente lá, eu não conheço ninguém, mas todo mundo me conhece. Quando eu estou em cima do palco, eu vejo que vai ter um princípio de confusão, a gente pede para as pessoas, fala com as pessoas, fala igual mãe mesmo, e as pessoas acabam com a confusão. Nós temos 27 anos de festa, nunca tivemos uma briga; isso foi uma das razões para a festa continuar sendo liberada para a gente. A única briga que nós tivemos, quando a polícia quis proibir, foi um delegado de polícia que apanhou do caso dele, aí eu telefonei para a polícia e eles liberaram imediatamente. Tanto é que até hoje eu assino um termo de compromisso da festa. É a única festa nesse dia que é liberada, a única festa ao ar livre que é liberada.

Existe a coisa profana, porque bicha é profana, mas é religiosa – elas vão todas produzidas, todas têm terço, todas têm cordinha amarrada na mão, fitinha. Todo ano a festa tem um tema. Este ano, um dos membros da diretoria – acho que ele é antropólogo, arqueólogo – fez uma pesquisa e encontrou, num sítio arqueológico do Piauí, uns desenhos rupestres, e entre eles tinha uns desenhos homoeróticos. Então a gente começou a descobrir que há 25 mil anos já existia bicha, e o tema da festa este ano foi “Na caverna é que rolava”. A gente fez uma camisa com a imagem de um gorila passando batom.

Além do Veado de Ouro e da Rainha do Círio, a gente entrega outros prêmios: a Botina de Ouro e a Botina de Prata, até porque sapatão não gosta muito de ouro, gosta mais da prata. As pessoas não querem ser chamadas de sapatão nem de veado, ou é boneca ou é entendida. Mas eu digo: não, aqui, sapatão é sapatão, e veado é veado, não tem nada dessa coisa, porque é uma forma de você velar o preconceito. É tão bonitinho um veado; é um bichinho tão bonitinho... O prêmio de Botina começou há 10 anos. Agora tem o prêmio Mário Faustino, que é um escritor famoso, falava sobre homossexuais. Mas não é preciso ser veado para ganhar o prêmio. E tem os Amigos da Chiquita, as entidades que ajudam a festa.

Muita gente quer organizar a festa, e a gente insiste em não organizar, tanto é que pra pesquisa do Iphan foi superdifícil, porque a gente é totalmente sem memória, a gente não sabe o que aconteceu na festa, as pessoas estão totalmente loucas, então a gente não sabe o que aconteceu, quem foi o veado... Na verdade, nós somos apócrifos, não somos nem registrados no cartório. Quer dizer, hoje nós estamos, nosso cartório é o Iphan. Se você quer saber alguma coisa sobre a festa da Chiquita, procure o Iphan que o Iphan pode falar a respeito do que é a Festa da Chiquita. De vez em quando aparece alguém com uma foto da festa, mas a gente prefere esquecer, porque é muita onda que acontece na festa à noite, é uma coisa muito divertida, você encontra todas as tendências. As pessoas vão lá porque a noite toda se dança carimbó misturado com música eletrônica, mais dublagem, a noite toda das drag queens, palhaça, andrógina, são as brincadeiras que a gente tira com o movimento homossexual. As pessoas ficam até meio enlouquecidas.

A gente diz que o arraial é lá porque a vontade da gente é transformar aquilo num complexo, a Praça da República é uma praça que está cheia de coretos, tem as ONGs que fazem o trabalho de prevenção, o movimento de prostitutas que falam sobre DST, HIV, Aids. Tem as secretarias, então existe também um trabalho social em torno da festa, numa época dessa em que o prazer entra por essa porta. Antigamente o prazer era mais fácil, era a porta da Polícia Federal, essas coisas, então era fácil você driblar a repressão que vinha da polícia, da ditadura. Mas essa é uma repressão que não dá medo, porque você sabe quando vem; já a Aids e as doenças sexualmente transmissíveis são uma coisa que está muito dentro das pessoas, porque é uma coisa que é muito difícil você driblar, porque na hora que você se contamina, não tem mais jeito, não tem volta. Então a festa também passa por isso, de você informar as pessoas a respeito dessa coisa.

A festa é muito divertida, já tem marca no Brasil inteiro, também já vi fora. A Chiquita já está rodando o interior, já tem algumas Chiquitas no Mosqueiro, vai ter na Vigia, porque em todo lugar a quantidade de bicha é enorme. Fui fazer um show agora no interior do interior; quando eu cheguei lá tinha um bloco esperando. Você vê que bicha nasce em qualquer lugar, então é uma coisa que não tem que esconder. Tem um mito que tudo quanto é bicha é inteligente. Na verdade, dizem que bicha que nasce burra nasce faxineira. Então, a festa já tomou proporções que a gente não quer nem ter noção. Nós trabalhamos na festa este ano, deu 700 mil pessoas no complexo todo; onde fica a festa, dá 25 mil, mas a Praça da República, ela é grande, então, na verdade, isso tudo fica bombando. Este ano a polícia não foi, a Guarda Municipal não foi, e a gente não teve briga, não teve nada. Lógico que tem as pessoas

que são roubadas, tem muito caso de roubo, a noite toda eu anuncio roubo. Mas os ladrões deixam os documentos, roubam o dinheiro, mas deixam o documento da pessoa; e a noite toda tu devolves documentos lá. Mas é uma festa superpacífica, porque é um grupo conhecido. Nós não fazemos cartazes, nós não divulgamos a festa, nós fazemos questão de não divulgar nem em rádio, a mídia nos procura, nós não fazemos nem cartaz, até porque só vai quem é convidado de alguém na festa. Na verdade, a mídia toda diz: vocês só perdem para a santa mesmo. Na véspera da trasladação saiu uma matéria enorme, foi uma matéria que eles pegaram de conversa. No jornal, no mês de outubro só sai a santa, não acontece ninguém. E a Chiquita é uma coisa que está tão grande, por isso que eu digo que a santa, acho que ela está até indo na nossa festa. É a história de Belém, que tem um monte de túneis, que vai da igreja para um teatro, de um teatro para outro teatro, e como a santa tem muito cover, acho que a santa que mais tem cover é Nossa Senhora de Nazaré, acho que tem três ou quatro covers, então a gente diz que ela manda a Peregrina e diz: 'vou ficar na festa das Chiquitas'.



A Série Encontros e Estudos chega ao 10º número trazendo textos de estudiosos, pesquisadores e participantes do Círio de Nazaré, a maior festividade religiosa celebrada no Pará, comemorada há 212 anos em Belém. Os textos resultam de um ciclo de palestras e debates realizado no CNFCP, no âmbito da exposição "Círio", em cartaz na Galeria Mestre Vitalino do Museu de Folclore Edison Carneiro, de 13 de outubro de 2005 a 8 de janeiro de 2006.

Registrado como patrimônio imaterial do país, no Livro de Registro das Celebrações do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial do Ministério da Cultura, o Círio reúne mais de um milhão e meio de pessoas nas ruas da

capital paraense a cada segundo domingo de outubro, numa fervorosa demonstração de devoção religiosa que transcende o lado espiritual - devido à diversidade da romaria, o Círio tornou-se expressão cultural compartilhada pela população independentemente de credo e nível social.

A publicação integra ações do projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular desenvolvido pelo CNFCP com patrocínio da Petrobras, via Lei de Incentivo à Cultura, visando produzir conhecimento, reflexão, documentação e difusão de referências culturais que fundamentam celebrações populares que mobilizam milhares de pessoas em diferentes capitais do país.

ISBN 85-7334-022-3



9 788573 340228

realização



Ministério da Cultura



patrocínio

